

ANEXO 11 – TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Audiência Pública Adequação da Bacia de Dissipação do Sistema Extravasor da Barragem de Timbopeba - Vale

Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto - Minas Gerais
Dia 09 de Julho de 2026 - 19h

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

No Diário Oficial do Estado pelo órgão ambiental, na data do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e seis, Vamos à execução do Hino Nacional.

Execução do Hino Nacional.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Eh, conforme ato de delegação do secretário executivo do COPAM número um de dois mil e vinte e quatro, conferindo poderes para os chefes regionais das unidades regionais de regularização ambiental, a presidir as audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental, cujo convite foi estendido a mim. Eu sou Giovana Randazzo Baroni, sou coordenadora de controle processual da unidade central metropolitana. Eh, este convite foi feito através do memorando FEAM, URACH, CAF setenta e cinco barras dois mil e vinte e seis. Eh, eu vou passar agora algumas informações gerais sobre a audiência pública até pra poder esclarecer, né, algumas dúvidas que porventura possam surgir. E nós vamos dar início aos sessenta minutos para as inscrições, né? Quem quiser se inscrever, nossa equipe da FEAM está ali disponível, as meninas, a Isabel, a Carol, a Cecília e a Rafaela. E aí vocês podem fazer a inscrição no prazo de sessenta minutos. Nós vamos passar alguns slides aqui. Eh, esse empreendimento da Vale, o processo de licenciamento ambiental é o SLA quarenta e sete nove oito três de dois mil e vinte e cinco. O projeto é obra emergencial para adequação da Bacia de Dissipação do Sistema Extravasor da Barragem Timbopeba. O código é lista H zero um, zero um barra um, supressão de vegetação do bioma mata atlântica. Processo C é o vinte noventa zero um oitocentos e seis dois mil e vinte e seis traço dois mil e vinte e cinco. Pode passar, por favor.

Eh, audiência pública é uma oportunidade que a comunidade tem, né, pra expor a o empreendedor vai expor o projeto e a sociedade, né, a comunidade aqui presente pode dirimir dúvidas, fazer sugestões, recolher críticas e isso tudo vai ser levado em consideração no processo de licenciamento no parecer único que subsidiar a concessão da licença. Pode passando, Gi. Aqui são as pessoas, né, quem tem eh que podem solicitar audiência pública. É o prefeito do município, o Ministério Público e próprio empreendedor, sociedade civil sem fins lucrativos constituídos há mais de um ano, eh, inscritas no CEEA, né, grupo de cinquenta ou mais cidadãos. Essa audiência pública, ela foi requerida pelo Instituto Guaicuy e pelo grupo de cinquenta ou mais cidadãos. Pode passar a tela que tá representada pela senhora Ivone Pereira Zacarias. Pode para a próxima, por favor. A

primeira parte, ela consiste na abertura, né, realizada pelo presidente com início com a formação. As inscrições serão registradas e organizadas de acordo com o número de inscrição. Somente poderão se manifestar as trinta e seis primeiras inscrições, para o momento geral. As eventuais manifestações excedentes, elas serão respondidas posteriormente pelo empreendedor e disponibilizadas em até cinco dias úteis no site da Vale. E os interessados poderão, a partir deste momento, né, da audiência pública, ir em até cinco dias úteis apresentar documentos ou formular perguntas referentes às questões envolvidas, contando para este fim, a data de postagem na URA. Quem quiser protocolar algum documento também, a nossa equipe da FEAM tá ali disponível, tá? E poderá protocolar até no prazo de cinco dias úteis, sendo que o empreendedor também disporá de cinco dias úteis para apresentar as devidas respostas. Deixa passar, por favor. Essa reunião, audiência está acontecendo presencial, né, com transmissão pelo YouTube, gente. A segunda parte da audiência pública, o empreendedor e a equipe técnica, indistintamente terão prazo de quarenta e cinco minutos para fazer as apresentações do projeto que está sendo licenciado, né? Características gerais da atividade, os impactos ambientais positivos e negativos, justificativas técnicas escolhidas para a realização do empreendimento. A manifestação dos solicitantes da audiência pública é de até trinta minutos, dividida igualmente entre cada solicitantes. Como nessa audiência foram dois solicitantes, cada um terá quinze minutos. Pode passar, por favor. A terceira parte consiste na manifestação dos escritos em geral em doze blocos. Cada bloco é composto por três manifestações dos participantes de até três minutos, seguido da resposta do empreendedor de até seis minutos.

Totalizando, vai dar cem, né? Se tiver cento e trinta e seis inscrições, vão ter cento e oitenta minutos, ou seja, três horas. Importante, as inscrições serão direcionadas para a mesa com a ordem de inscrição. As, as inscrições de pessoas ligadas ao empreendedor, funcionários e prepostos não devem exceder o total de oito inscrições, tá? Salvo se houver menos de trinta e seis inscrições. Não será permitida a transferência de tempo entre entidades ou pessoas inscritas que, porventura, se abstenham de fazer uso da palavra. Cada inscrito só terá direito a uma manifestação obedecida à ordem de inscrição. Pode passar, por favor. A quarta parte que consiste nas considerações finais, cabendo aos dois solicitantes até dez minutos e ao empreendedor, equipe técnica até dez minutos também. Aqui, se o empreendedor quiser, ele pode ceder os dez minutos dele aos solicitantes, tá? Eh, e a quinta parte consiste no encerramento realizado pelo presidente da mesa. Pode passar, por favor, acho que. Considerações finais. Todos os documentos apresentados à mesa diretora serão protocolados e anexados ao processo de licenciamento ambiental que está em análise na FEAM na URA central metropolitana, devendo ser obrigatoriamente considerados na elaboração do relatório síntese e na construção das decisões administrativas. Uma cópia da MIT eletrônica contendo a gravação da audiência pública deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental, tá? E ficará disponível. Os interessados poderão, no prazo de até cinco dias úteis, é isso que eu já falei, contados à data audiência, apresentar algum documento ou formular, né, alguma pergunta que serão respondidas pelo empreendedor em cinco dias úteis. Pode passar, por favor. Obrigada, gente. É isso aí, E nós vamos agora pra apresentação do projeto pelo empreendedor, Vale,

Isabel Roquete - Gerente de Licenciamento Ambiental Corredores Sul e Sudeste - Vale

Boa noite a todos e todas, Agradecer inicialmente a presença, né, de todos vocês aqui, principalmente, né, nessa data tão festiva aqui em Ouro Preto. Mas antes de, de começar, antes de, da minha fala inicial, eu gostaria de chamar o brigadista Luiz, que vai passar todos os requisitos de segurança, porque é fundamental, né, que este, estejamos aqui hoje seguros e que voltemos pra casa com segurança. É um valor da Vale e do Luís e, e, os brigadistas aqui do recinto irão passar as instruções necessárias, Obrigada.

Brigadista Luís Eduardo

Boa noite, pessoal. Tudo bem? Muito prazer. Meu nome é Luiz Eduardo. Esse aqui é o Adson Novais. Nós somos os brigadistas responsáveis pelo evento. Quero lembrá-los também que nossa, esse evento também está sendo coberto também pela equipe de vigilância fazendo a segurança e uma equipe médica lá fora. Todos aqui estamos dispostos a zelar e para cuidar de vocês. Mas pra isso eu peço pra que a gente faça três combinados. Primeiro, em caso de curto circuito, princípio de incêndio ou qualquer eventual emergência, eu peço encarecidamente que vocês mantenham a calma. Calma e organização é a chave para o sucesso. Lembra disso. Segundo, por favor, deem prioridade e preferência a quem precisa na hora da emergência, tá bom? E em terceiro lugar também eu quero pedir que todos vocês sentados ao lado direito do palco, vocês durante, eu espero que não, mas durante uma emergência, por favor, a saída pelo lado direito do palco também na saída de emergência e todos vocês ao lado esquerdo, a saída de emergência também pelo lado esquerdo. Todas as portas estão destrancadas e des, desobstruídas. No mais, muito obrigado, Boa noite pra vocês e um ótimo evento,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Eu vou fazer só uma observação aqui, porque as inscrições estão abertas, o pessoal zerou ali o prazo de sessenta minutos e nós vamos reiniciar o prazo novamente, tá? Quem quiser pode fazer lá no final com a nossa equipe, Isabel ali as inscrições. O prazo tá iniciando agora de sessenta minutos. Obrigado.

Isabel Roquete - Gerente de Licenciamento Ambiental Corredores Sul e Sudeste - Vale

Agora sim. Eh, vamos iniciar a audiência pública. Meu nome é Isabel Roquete. Eu sou gerente de licenciamento da Vale. Eh, estou na Vale há cerca de treze anos, trabalhando na área de licenciamento. É, tenho uma grande experiência em nas tratativas das questões minerárias, uma vez que eu sou mineira, também nasci numa no município minerador, apesar que de outra substância o ouro, né? Mas eu tenho uma experiência boa na, nas questões do envolvimento, principalmente como cidadã de um município minerador. Eh, é um prazer estar com vocês aqui hoje. A Doutora Giovana, presidente da mesa, já explanou para vocês, né, todo o rito da audiência pública. E este momento é um momento de muita grandeza pra Vale, uma vez que nós estamos aqui para mostrar pra vocês um projeto no qual tiveram dois solicitantes pra que fosse esclarecidos alguns pontos do, do

empreendimento que nós vamos sabermos aqui hoje. Mas falar que nós estamos aqui à disposição. Eh, comigo, né, está uma equipe de especialistas em todas as áreas da Vale, seja de licenciamento, seja da operação, seja da geotecnia. E a disponibilidade aqui é total nessa noite de hoje, mas também estendendo, né, ao, as outras oportunidades que forem necessárias. Eh, então o projeto que nós vamos apresentar ou que tá sendo objetivo de discussão é um projeto de uma intervenção ambiental necessária pra, pra, pra alterar, pra regularizar uma bacia de dissipação em função de uma normativa da ANM.

Então, só falar que o projeto não é um projeto de barragem, mas sim de uma intervenção para adequação de um extravasor da barragem. Então, o licenciamento propriamente dito é o é um projeto de intervenção ambiental. Eh, foi necessário apresentar o EIA, RIMA porque teve cerca de dois pontos cinquenta e três hectares de mata atlântica em estágio médio, que levou apresentação de EIA RIMA, e, é no total foram aí quase nove hectares, só pra caracterizar que o projeto aqui discutido hoje é um projeto de intervenção ambiental, mas é claro que estamos aqui disponíveis para dirimir todas as dúvidas em relação não só ao projeto, como outras dúvidas por hora apresentar. Então, na sequência, né, nós vamos chamar o, o diretor de geotecnia da Vale, o Quintiliano Guerra, que vai apresentar o projeto. Eh, após o Quintiliano, vai haver uma apresentação da consultoria ambiental independente, a Clam, que vai apresentar as características ambientais do projeto, os impactos e as medidas ambientais adotadas pra esse projeto. E depois aí sim, né, nós vamos aí ter um, um fórum ou um momento de, de esclarecimento e de, de conversa com a sociedade presente aqui hoje. Então, novamente, né, agradeço a todos que disponibilizaram eh o seu tempo aqui, né, pra nos ouvir e desejando uma, uma noite bem produtiva. Chamo agora o Quintiliano Guerra, que é o diretor de geotecnia da Vale, que irá apresentar aqui as questões, é geotécnicas ou as questões pertinentes à caracterização do empreendimento. Obrigada a todos,

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Boa noite a todos e todas aqui presentes, Pessoal que tá no fundo, fique à vontade. Tem cadeiras vazias aqui na frente, tá joia? Fiquem à vontade. Eu sou o Quintiliano Guerra, sou diretor de geotecnia, sou engenheiro civil, trabalho na Vale há vinte e cinco anos. A minha especialidade são segurança de estruturas geotécnicas e implantação de obras. E vim falar aqui com vocês hoje da obra, do projeto e da obra que nós implantamos de adequação da bacia dissipação da barragem de Timbopeba. Tá bom? Vou tá passando alguns slides que vai facilitar a nossa explicação. Localização do nosso projeto e da nossa obra Ouro Preto. A obra está localizada a vinte e cinco quilômetros do município de Ouro Preto. A comunidade mais próxima é a comunidade de Antônio Pereira, que está a cinco quilômetros da nossa barragem Timbopeba, onde foi executado a obra. Falando então da nossa unidade Timbopeba. Timbopeba pertence ao nosso complexo Mariana, que é formado pelas minas Fazendão, Fábrica Nova, Alegria, Timbopeba, onde opera hoje a nossa usina de concentração e a mina de Capanema. Timbopeba, hoje, trabalhamos em torno quase mil trezentas pessoas na unidade de Timbopeba, sendo exatamente hoje mil duzentos e cinquenta e sete pessoas entre empregados Vale e contratados.

Ela produz em torno de nove milhões de toneladas de minério de ferro, que representa em torno de vinte e cinco por cento da nossa produção aqui no corredor. Esse slide eu gostaria de explicar pra vocês como que é o nosso sistema produtivo. O, os minérios saem das minas, onde nós realizamos as lavras e são transportado por correias e caminhões até a usina de concentração em Timbopeba. Da usina vão sair dois produtos. O minério de ferro que é transportado pela Vitória Minas, por trens, chega no nosso Porto de Tubarão em Vitória e assim vai para clientes do mundo inteiro. Outro produto são os rejeitos, são os minerais que não tem valor agregado e esse hoje é depositado na antiga cava de Timbopeba, está confinado na cava. Nós temos também em Timbopeba a barragem Timbopeba. Hoje a barragem Timbopeba ela tem a função de contenção de sedimentos que são carilhados pela chuva. É aquele material que vai levando, sendo levado, né, arrastado pelas chuvas. Então ele chega e é depositado na barragem Timbopeba e também materiais de limpeza industrial. Então a barragem Timbopeba, ela tem uma função ambiental de clarificar, de reter esses sedimentos, esses resíduos industriais, clarificar a água pra que a água veta com boa qualidade pro meio ambiente. E a nossa obra foi no extravasor da barragem Timbopeba. Aqui é a localização da nossa barragem Timbopeba. Foi construída na década de oitenta. E aqui eu mostro pra vocês a localização tanto da barragem quanto do extravasor, que vocês podem ver. O extravasor ele tem a função de saída de água da barragem, tá?

Saída de água da barragem, Eu vou explicar, E logo ao pé, a gente fala o pé é a porção inferior mesmo do extravasor. Tá aqui na parte de baixo da barragem. Você pode ver até uma escavadeira, o equipamento. Ali é a bacia de dissipação. Ah, e por que que estamos fazendo essa obra? Teve uma revisão da resolução da ANM, que é a Agência Nacional de Mineração, que teve uma exigência que todas as barragens, todos os extravasores das barragens precisam atender uma sigla que chama PMP, precipitação máxima provável, que a partir de um dado estatístico é a maior chuva que pode ocorrer naquela região. Então, todas as barragens sofreram ou estão sofrendo, passando por obras pra adequar os seus extratores atender essa norma. Aqui eu vou falar, detalhar um pouco mais a localização da obra, eh, a barragem Timbopeba, porque é uma imagem de topo, né? Uma imagem de satélite, a gente vê a barragem por cima. Então a gente pode ver talude com erosão, estava com erosão porque a gente já fez toda a intervenção nessa obra e a gente já adequou os princípios erosivos que existiam. A bacia de dissipação, que é a localização da maior parte da obra, onde ficou localizado o nosso canteiro de obra e onde que a gente depositou os materiais excedentes que saíram da obra. Então aqui, eh, começando pela bacia de dissipação, essa é uma foto mais recente.

A gente, eh, aumentou mesmo o tamanho dessa bacia de dissipação. Esse local, ele vai ficar um pequeno volume de água que vai ter a função durante as chuvas de receber a água e reduzir a velocidade que a água sai da barragem e entra no Ribeirão Gualacho. Essa é a função da bacia de dissipação. E a obra foi aumentar a largura dessa estrutura. Eh, uma ação, uma intervenção que foi necessário fazer foi já no princípio do princípio erosivo, o início da erosão, já corrigi. Então, ali você já tá vendo a área já adequada. Nós regularizamos os taludes ao lado do sistema extravasor e construímos as canaletas e já plantamos nova vegetação. Então essa parte aqui foi implementada eh, com rapidez e segurança para toda nossa estrutura. Aí são as fotos da área de deposição do material, a gente chama de ADME. Ponto de atenção é o material foi disposto, foi organizado, drenado e já recebeu a cobertura vegetal pra já tá rei, reintegrando o meio ambiente. E o canteiro de

obra, que pra gente também é muito importante ter um canteiro de obra, porque são as pessoas que estão trabalhando conosco. Nós tivemos no pico de obra em torno de cento e trinta pessoas trabalhando conosco. Hoje tamo em torno de sessenta e quatro pessoas trabalhando conosco, mas tem boas condições de trabalho, organização, limpeza, que isso é importante para todos nós que estamos no dia a dia de obra e os nossos contratados também. É, eu vou passar mais uma vez a o funcionamento do sistema extravasor de uma barragem. Esse videozinho mostra essa primeira etapa do sistema extravasor, que é esse canal de concreto. A água entra por pelo emboque. Tem uma pontezinha ali que passa o acesso, a água vai sair por esse emboque, tá? O emboque é a primeira etapa de extravasão da água, a gente chama essa segunda etapa de canal rápido. Esse canal ele tem a função de dar fluidez pra água que tá saindo da barragem. Nessa imagem também você já vê a área que já foi intervenção no passado, a intervenção mais recente, dando segurança pros taludes laterais do extravasor. Nessa terceira etapa, nós temos o trecho em degraus, que é para vencer o desnível topográfico, vencer a altura. E aí a bacia dissipação no qual nós estamos fazendo a obra, igual eu falei, é uma obra de alargamento mesmo dessa bacia pra que acumule um pouco mais de água e reduza a velocidade que vai chegar pelo extravasor permitindo a, a água entrar num numa velocidade controlada no rio logo abaixo. Agora eu vou falar pra vocês que toda obra, toda intervenção numa estrutura geotécnica, ela tem que ser feita com segurança. Ela tem que ter um projeto feito pela uma equipe especializada de engenharia. Ela tem que ter o acompanhamento técnico de obras e tem a nossa equipe fazendo o monitoramento. Nós temos a presença de engenheiros e engenheiras geotécnicos nas obras. Nós temos a presença de técnicos e ATOs na obra constantemente, diariamente, fiscalizando e monitorando toda a performance da estrutura. E também implementamos o Centro de Monitoramento Geotécnico, que é uma sala toda automatizada, que a gente tem acesso às informações de todas as nossas barragens, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, através de câmeras de videomonitoramento e sensores que instalamos nas nossas barragens. E se todas as nossas questões de segurança falhar, nós temos um plano de emergência implementado com sistemas sonoros pra comunicar a todos, em caso de emergência.

O cuidado com o meio ambiente também é muito importante. Por isso, também temos todos os instrumentos de monitoramento de qualidade de água, de qualidade de ar, ruído e vibrações. Então esse centro de monitoramento ambiental foi implementado pela Vale para acompanhar todos os nossos impactos de obra, todos os aspectos impactos da nossa obra e da mesma forma são acompanhados por engenheiros ambientais especialistas no assunto. Exemplos como que a gente mitiga os nossos impactos é umectação de via através de caminhão pipa constante nas nossas obras. O canhão de névoa que também coloca umidade no terreno pra evitar a propagação eólica que particulado. A revegetação logo após, na sequência da execução das obras, aplicação de polímeros que reduz muito a propagação do vento com a poeira e o controle de água de chuvas, que é muito importante. Gostaria de falar também o quanto é importante a preservação ambiental, que é o legado também que a gente vai deixar pras gerações futuras. E perto desta obra, nós temos uma reserva de seis mil novecentos e sessenta e sete hectares, sendo que quarenta e cinco por cento dessa reserva protegida está quarenta e cinco por cento no distrito de Antônio Pereira, que é muito importante pra toda a comunidade que tá ali do lado. A Vale também investiu nos últimos meses no Parque do Itacolomi.

Não sei se vocês viram a reinauguração do parque que ficou muito bonito. Segue o convite, cerca de trinta milhões em compensação lá no parque e também quarenta e dois milhões na APA Cachoeira das Andorinhas, São participações da Vale no meio ambiente no nosso entorno da mineração. Agora eu gostaria de falar com vocês também, a atuação social, a responsabilidade social que a Vale tem com os moradores que estão próximo à nossa obra. Aqui em especial e todo o nosso respeito, os investimentos da Vale aos moradores e a nossa comunidade de Antônio Pereira.

Vídeo Institucional.

Conheça os investimentos da Vale realizados em Antônio Pereira. É parte do compromisso da Vale com a comunidade de Antônio Pereira minimizar os impactos das operações no distrito. Por isso, investimos em diversas áreas. Conheça algumas ações realizadas pela empresa na comunidade. Nossos investimentos em educação contemplam a reforma da escola Daura, a construção do EMEI e a instauração do projeto Mão na Massa, que inclui oficinas educativas como robótica e internet das coisas. Na área de assistência social, doamos um veículo, compramos equipamentos e contratamos uma equipe multidisciplinar para atuação no Centro de Referência em Assistência Social. Contempla também a realização de obras de construção da Capela Velório, obra que atende um pedido da população por meio da consulta pública feita em dois mil e vinte. Implementamos no distrito diversos programas sociais como o Fortalece Mais, programa de apoio ao terceiro setor e o programa Capacitar, que já beneficiou inúmeras pessoas gerando renda e oportunidade para o distrito. Investimos no programa Reciclo, fomentando o trabalho de catadores de materiais recicláveis. Também desenvolvemos o projeto Horizontes e realizamos o estudo de diversificação econômica do Instituto Euvaldo Lodi. Também realizamos a reforma da quadra do Areião, reforma da Praça da Vila Residencial Antônio Pereira, o projeto de revitalização do Campo Pereirão e o projeto Trilhas do Saber, além de investimentos em infraestrutura, como a requalificação urbana da MG cento e vinte e nove, Rua da Lapa, Praça do Pomar, Residencial Dom Luciano, Rua Safira, além do projeto Espaço de Eventos Multiuso Lapa. Contamos também com investimentos em saúde, como a reforma da UBS, contratação de equipe multidisciplinar e apoio à Fundação Sorria. Saiba mais sobre o plano de compensação e desenvolvimento de Antônio Pereira no site vale.com. A Vale segue empenhada em honrar os seus compromissos, dialogando e prestando contas para a sociedade.

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Vou deixar aqui os contatos e os canais de comunicação oficiais da Vale. Caso vocês queiram receber informações de outros projetos ou desse projeto, amanhã lembrou de informação, esses são os nossos canais de comunicação oficial. E, vou aproveitar também fazer o convite pra comunidade, quem ainda não conhece o nosso centro de informações na vila de Antônio Pereira, onde você pode tirar dúvidas, dar sugestões, reclamações presencialmente com a nossa equipe. Agora eu vou convidar a Empresa, especialista Clam. A Clam, ela fez todo o estudo de engenharia ambiental pra gente poder implementar esse projeto. Eu vou passar agora a fala para Jéssica.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Desculpa, gente, desculpa interromper, é porque já deu os quarenta e cinco minutos do empreendedor para a apresentação do projeto. Não?

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Não, não, não deu nem sete e quarenta e cinco ainda,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Ah, tá, Porque me falaram aqui, mas então falaram errado, Desculpa,

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Tudo bem, Obrigado, Jéssica pelo relógio, é vinte e cinco ainda,

Jéssica Sathler - Engenheira Ambiental - Clam

Obrigada, Obrigada, Quintiliano. Boa noite. Obrigada. Meu nome é Jéssica, eu sou engenheira ambiental, é, já trabalho com licenciamento há catorze anos. Estou aqui hoje representando toda a equipe técnica que desenvolveu os estudos ambientais, Vou apresentar pra vocês, né, eh, os estudos, os estudos que subsidiaram o processo de licenciamento da obra emergencial para adequação da bacia de dissipação do sistema extravasor da barragem de Timbopeba. Trazendo um pouco sobre a Clam, somos uma empresa, temos mais de novecentos colaboradores entre especialistas e equipes operacionais. Estamos aí há vinte e nove anos atuando com o meio ambiente. Temos mais de mil e oitocentos projetos realizados e temos uma atuação em todo o território nacional, eh, com sede em Belo Horizonte e também Paraupabas, no Pará. Sobre o projeto, né, qual que é o objetivo desse licenciamento? O objetivo desse licenciamento é a regularização da supressão de vegetação necessária para a realização das obras. Essa regularização, ela foi feita, né, em atendimento à resolução noventa e cinco da ANM, que instrui aí sobre normas de segurança de barragens. A obra, ela teve como objetivo é, a garantir a segurança hidráulica da estrutura com a ampliação da bacia e também a estabilização do talude lateral esquerdo. Apesar das intervenções já terem sido finalizadas, o rito processual, né, essa essa audiência pública, esse momento de diálogo, ele deve acontecer. É uma etapa aqui muito importante do processo. Trazendo pra vocês a localização, bem como falou o Quintiliano, a barragem ela tá localizada, né, no município de Ouro Preto e faz parte da mina de Timbopeba. O conteúdo, né, o que como que esse estudo, como que ele é elaborado,

Ele segue uma metodologia específica, atende uma diretriz específica com uma legislação que é aplicável. Ele é feito por uma equipe multidisciplinar. Então, a gente tem geógrafos, cientistas sociais, e, é engenheiros atuando aí nos diagnósticos. E ele, é, contempla uma

avaliação das quatro fases, tanto a fase de planejamento, implantação, quanto operação e fechamento do empreendimento. O estudo, né, ele é composto aí por alguns volumes. Quais são esses volumes? Num primeiro momento, são definidas as áreas de estudo, posteriormente são elaborados os diagnósticos ambientais. Depois é feita uma avaliação dos impactos, é a definição das áreas de influência, até onde vão aqueles impactos, qual que é a abrangência e na sequência uma proposta de medidas mitigadoras e compensatórias. A seguir, eu vou explicar cada um desses volumes aqui brevemente pra vocês. Como que são definidas as áreas de estudo, o que são as áreas de estudo, né? A área de estudo regional, ela é uma área mais abrangente, ela se estende ali pra além do entorno imediato do projeto. Já a área de estudo local é o entorno imediato, é onde podem ocorrer os efeitos diretos da Implantação e operação. Pro meio físico, essa área de estudo, dentro do estudo, né, e a gente define-se as áreas de estudo pros três meios, pro meio físico, pro meio socioeconômico, pro meio biótico.

Então aqui eu vou trazer primeiro sobre a do meio físico e coincidentemente a área regional e a local é a mesma e ela foi definida ali com relação a partir dos aspectos relacionados ao ar, ruído, vibração. Então considerou-se os divisores de água dos afluentes do rio Gualaxo do Norte, incluindo as nascentes que abrangem a vila de Antônio Pereira. Na sequência, trazendo as áreas de estudos no meio biótico, o que que foi levado em consideração pra essa definição? Eh, as características da vegetação, os limites das bacias e também aspectos geomorfológicos. Pra área de estudo regional, foram considerados municípios próximos à localização do projeto ali com uma maior abrangência como Ouro Preto e também Mariana. Já pra área de estudo local, ela foi delimitada por áreas ecológicas que tenham características similares àquelas do projeto, conforme uma distribuição espacial tanto da fauna. Seguindo pro meio socioeconômico, eh essa definição ela partiu da dinâmica da sociedade, né, e da também a partir ali do que se entende como infraestrutura do município. A área de estudo regional, ela foi definida como sendo o município de Ouro Preto e a área de estudo local como sendo o distrito de Antônio Pereira.

Partindo pro diagnóstico ambiental, quais foram os resultados, né? O que que foi estudado? As nossas equipes foram a campo, levantaram os dados, também fizeram análise a partir de das bibliografias disponíveis pra área, pro meio físico. O que que quais são os temas que são abordados no diagnóstico? Clima, qualidade do ar, é, ruído, geologia, se há processos erosivos e também os recursos hídricos de qualidade das águas. Já pro meio biótico, né, o flora e fauna sendo flora ali, uso e ocupação do solo, a proximidade, a existência de vegetação, a fauna, é, os anfíbios, quais são os tipos de animais que são encontrados ali na região. Já pro meio socioeconômico, é, são estudados temas como a ocupação do território, a estrutura econômica, a infraestrutura municipal, o saneamento e também povos e comunidades tradicionais. Partindo pros resultados já do meio físico, trazendo aqui sobre clima e meteorologia, é, a região ela enquadra-se, né, numa classificação climática com clima tropical de altitude, com verão chuvoso e o inverno seco. A precipitação acumulada possui maiores volumes entre outubro e março e menores volumes entre abril e setembro, com período maior de seca. As temperaturas mais elevadas no período chuvoso, resultando aí em verões quentes e invernos mais secos.

Tem-se também uma umi, uma umidade relativa do ar que varia ali entre cinquenta e quatro e setenta e um por cento. Sobre a qualidade do ar, foram estabelecidos alguns pontos de monitoramento, eh, tanto pra qualidade do ar quanto pra ruído. Esses pontos de

monitoramento eu mostro no mapa a seguir. Eles estão localizados dentro da vila de Antônio Pereira. O parâmetro e, é estudado pra qualidade do ar são aquelas partículas que se percebe de poeira no ar. E essas concentrações elas estão dentro da legislação aplicável. Pra ruído, é, o parâmetro que se estuda, né, a percepção de ruído daquelas pessoas ali no local e os níveis de pressão, ele também estão dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação. Aqui a gente pode ver os pontos, tanto noventa e um quanto o dezesesseis, localizados na Vila Antônio Pereira. Com relação à geologia e geomorfologia, sobre a geologia do área do projeto, as rochas, elas pertencem às diferentes unidades geológicas do quadrilátero ferrífero. O contato entre elas, ele é feito por descontinuidade geológicas, chamadas ali de falhas de empurrão. E tem alguns depósitos mais recentes, né, que também ocorrem na área. Os tipos de relevo são serras com picos em costas inclinadas e a altitude ela varia ali entre mil e quinhentos metros e mil e seiscentos setenta metros nos pontos mais altos.

Com relação já aos pros, não mudou. Com relação aos processos erosivos, os processos erosivos eles são mais marcantes nos topos de morro e nas encostas inclinadas, como é possível ver aqui na imagem, e menos marcantes, ou seja, menos intensos nos fundos de vales e nas áreas mais planas, também mostrando ali os dois seguintes pontos. Sobre as águas superficiais, a área do projeto, ela tá inserida na sub bacia do Galacho Norte, que faz parte da bacia do rio do Carmo, que é uma das cabeceiras do rio Doce. E com relação às águas subterrâneas, na região do projeto, essas águas elas estão associadas principalmente às rochas de baixa permeabilidade. Trazendo sobre os monitoramentos que foram realizados com relação à qualidade da água superficial, tiveram alguns pontos, né, que em que são feitos amostragens dessa qualidade da água. E aí são estudados alguns parâmetros como turbidez, sólidos dissolvidos, oxigênio, enfim. E aí todos esses resultados eles estão dentro dos parâmetros estabelecidos quando teve alguma não conformidade, muito em decorrência de causas naturais, por exemplo, um excesso de chuva. Aqui eu tô apresentando aqui a gente apresenta os pontos, né, de monitoramento onde foram realizados com relação à qualidade da água.

Pro meio biótico, entrando aí nos resultados do diagnóstico que foi feito pra flora, a área ela tá integralmente inserida num bioma mata atlântica. Foram identificadas oitenta e oito espécies, sendo quatro delas é, oitenta e oito espécies de floresta estacional semidecidual, sendo quatro delas consideradas como espécies de interesse pra conservação. Aqui, eh, já trazendo os resultados sobre o uso e cobertura do solo. O uso e cobertura do solo é aquilo que se avalia exatamente do que se tem de solo no local da intervenção. Então a gente tem aqui uma área de intervenção de oito vírgula oitenta e sete hectares, sendo que cinquenta e cinco vírgula oito por cento é uma área antropizada, ou seja, uma área que já sofreu algum tipo de intervenção humana, seguido aí por vinte e oito vírgula cinquenta e dois de floresta estacional semidecidual, oito vírgula vinte e três por cento de campo rupestre e sete vírgula quarenta e quatro por cento de can-deal. Com relação às unidades de conservação, a área ela tá do projeto, né, ela tá integralmente inserida na zona de amortecimento da floresta estadual do Uaimi. E aqui a gente tem os levantamentos de dados primários com relação aos trabalhos de campo que foram feitos nas áreas dos projetos para fauna. Então, foram registrados um total de trezentos e trinta e quatro espécies, sendo dezesesseis espécies, né, de interesse pra conservação.

E aí a gente tem é, os grupos de maior representatividade, seguindo aqui na ordem, avifauna, seguido pelos anfíbios e répteis, mamíferos, morcegos, mastofauna voadora e ictiofauna, que são os peixes. Com relação ao diagnóstico da socioeconomia, do meio socioeconômico, como que é a ocupação desse território, né, que foi analisado pelas nossas equipes. Ouro Preto, que é considerada a nossa área de estudo regional, ele é um dos principais centros urbanos de é um dos principais centros de mineração no Brasil e ele também se consolida posteriormente ali como polo turístico e cultural e também como uma força, um forte turismo religioso e cultural. Além disso, a gente tem também Antônio Pereira, eh, que também é a nossa área, que é a nossa área de estudo local e ele é caracterizado como uma forte identidade comunitária, com laços sociais e uma comunidade de, e uma ocupação residencial. O que que se percebe com relação à dinâmica demográfica desses locais, né? No ano de dois mil e vinte e dois, foram registrados aí cerca de setenta e cinco mil habitantes em Ouro Preto e cerca de cinco mil habitantes em Antônio Pereira. Percebe-se também eh uma densidade populacional que aumentou, né, de mil novecentos e noventa e um pra dois mil e vinte e dois e um, uma pirâmide etária que está sendo inversa e com o envelhecimento da população, entre os anos de dois mil e dez e dois mil e vinte e dois, também. Trazendo os dados socioeconômicos da área, eh, Ouro Preto, né, possui noventa e cinco instituições de ensino e já Antônio Pereira seis instituições com relação aos estabelecimentos de saúde, Ouro Preto possui quarenta e sete estabelecimentos e Antônio Pereira possui três.

A Saneouro, é, já trazendo dados aí sobre saneamento básico, a Saneouro, ela é responsável pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento. E os resíduos domésticos é uma responsabilidade compartilhada entre a sociedade civil e a prefeitura. Com relação aos patrimônios registrados, eh, o patrimônio cultural, foram registrados aí bens materiais tombados, como as obras de arte da Estrada Real e bens e materiais como as Folias de Minas. Eh, no já com relação ao patrimônio arqueológico, né, na área do projeto tem se registrado junto ao IPHAN a Gruta do Pote e também as Ruínas dos Padres. Em Ouro Preto, o Parque como Patrimônio Natural, o Parque do Itacolomi e Antônio Pereira, a capela da Gruta Nossa Senhora da Lapa. Trazendo aqui eh a respeito da avaliação de impactos, a partir de todo esse diagnóstico que é feito, né, a gente passa, então a partir de uma metodologia específica, usando parâmetros, critérios, é, retirando toda a subjetividade do processo, a gente parte então pra uma avaliação de impactos.

Como que essa avaliação é feita? Essa avaliação, ela, ela segue uma metodologia específica e aí ela traz alguns resultados de possíveis impactos pro meio físico, pro meio biótico e pra socioeconomia, os quais eu vou listar aqui agora. Então, pro meio físico, né, um possível impacto de alteração da dinâmica hídrica superficial, de alteração da qualidade das águas superficiais, alteração dos níveis de pressão sonora, da qualidade do ar e da qualidade do solo. Já, é, quais foram as propostas, né, de mitigação e monitoramento? Execução das estruturas de drenagem com o objetivo de direcionar esse escoamento a realização das ações previstas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos. A execução de manutenções periódicas ali nos veículos e maquinários, prevenindo o mau funcionamento e também a realização de umectação de vias e monitoramento de fumaça preta. Pro pra flora, quais foram os impactos, né? Então, perda de indivíduos à flora, perda de cobertura vegetal, incidência de aumento da incidência de incêndios, a compactação do solo, uma intervenção em APP e redução do fluxo gênico e interferência também na zona de amortecimento.

Qual que foram as ações propostas enquanto mitigação e monitoramento? Resgate de sementes, frutos e indivíduos de espécie de interesse para conservação e também pra preservação da flora e contribuição com outros projetos, ações pra recuperação das APPs e também a criação da brigada de incêndio. Os tipos de compensação dentro desse contexto, né, da, é feita uma proposta de compensação ambiental e quais foram os tipos de compensação previstas pra projeto, pra obra. Compensação por intervenção em Mata Atlântica, compensação por intervenção em espécies ameaçadas, a compensação por intervenção em APP, por objeto intervenção espécie objeto de proteção especial, a compensação florestal minerária e a compensação pela lei do SNUC. Essas sendo essas quatro primeiras, né, as compensações florestais realizadas integralmente no município de Ouro Preto. Tem-se então também, é, com relação à fauna, quais são os possíveis impactos?

O afugentamento da fauna, uma alteração na composição e também na estrutura das comunidades terrestres, a perda de habitat, a perda de indivíduos da fauna e depois na operação o retorno dessas espécies da fauna. E o que que foi feito? A execução do monitoramento de fauna terrestre na região do empreendimento, com eh ali a locação de câmeras que monitoram esses animais no entorno, a execução do afugentamento antes e também durante a supressão com esse com a realocação desses indivíduos pras áreas do entorno. Já pro meio socioeconômico, é, foi identificado ali uma possível geração de expectativa naquela população, né? O que que seria feito ali, quais as dúvidas, o que que surgiria e também uma interferência no cotidiano da população, mudando ali a dinâmica do dia a dia. E o que que foi feito então, uma execução da comunicação social, né, do programa de comunicação, a gente fala dele mais à frente, e também a divulgação de um canal aberto pra registro dessas reclamações, atendimentos, respostas e devidas comunicações que deveriam que sej, feitas. Trazendo sobre as áreas de influência, eh, o que são essas áreas de influência, né? Após avaliação dos impactos, então parte se pras definições das áreas de influência, entender qual que é a abrangência daquele impacto, até onde vamos.

Então, a área diretamente afetada, ela é o limite mesmo de onde ocorrem as intervenções. É, já a área de influência direta, ela abrange um entorno imediato da área diretamente afetada, onde aqueles impactos ali, os efeitos, né, podem ser mais imediatos e também mais perceptíveis. Já a área de influência indireta, ela é uma área mais ampla, sujeita ali aos impactos secundários. Eles podem sentir ser sentidos de forma mais indiretas. Trazendo sobre as definições então da área de influência direta e indireta do meio físico. A AID ela foi delimitada que a gente pode ver em laranja, considerando os impactos sobre a qualidade do ar, ruído, águas. É, já a área de influência indireta, a gente vê aqui em roxo na tela, ela foi definida de forma mais abrangente, considerando os elementos naturais que atuam ali como uma barreira física. Já a área de influência do meio biótico, ela foi definida considerando a supressão de vegetação e a influência sobre os corpos hídricos e a área de influência indireta, os impactos secundários ali, tanto pra fauna quanto pra flora. Já a área de influência direta pro meio socioeconômico, ela foi definida como sendo, né, o distrito de Antônio Pereira, por ser a comunidade, um núcleo social ali mais próximo da ADA e a área de influência indireta, o município de Ouro Preto, que é onde concentram-se os efeitos indiretos associados à dinâmica minerária da região. Sobre os programas ambientais, o que são então esses programas?

Os programas eles são propostos dentro do estudo, eles contêm aí, né, indicadores, metas que servem pra acompanhar e entender o que que tá sendo realizado, é, e medir também as ações que estão sendo feitas, Quais foram os programas previstos pro meio físico dentro do estudo? O programa de controle e monitoramento de ruído, de qualidade do ar, o de gerenciamento de resíduos sólidos, o de monitoramento de processos erosivos e também de movimentação de massas e o programa de gestão de efluentes líquidos. Já pro meio biótico, o programa de resgate de germoplasma, o de recuperação de áreas degradadas, de acompanhamento supressão vegetal e possível afugentamento e realocação, resgate da fauna e também o programa de combate a incêndios. Já pro meio socioeconômico, é, foi previsto então um programa de comunicação social que abrange várias ações. E todos esses programas ambientais, né, eles já sej, os programas ambientais propostos, eles já são executados de maneira contínua na operação do empreendimento. Trazendo então a nossa conclusão, é o que que foi, é, avaliado dentro de todo o contexto do estudo, a adequação da bacia de dissipação, ela é ela se encontra ali já um ambiente integrado aquelas atividades de mineração existentes na mina, né?

E do ponto de vista técnico, a intervenção ela era necessária e justificável. Era preciso atender uma legislação que exigia essa intervenção. Então, com base nos estudos que foram desenvolvidos, conclui-se que o projeto apresenta viabilidade ambiental, desde que obser, observada todas as medidas de controle e gestão que foram executadas, sendo compatível então com os princípios de desenvolvimento sustentável. Muito obrigada a todos. Espero que possamos contribuir com o melhor entendimento do estudo. Boa noite. Obrigada. Obrigada.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada pela participação. É, agora eu vou chamar os solicitantes, o Instituto Guaicuy. Tem alguém aqui representando o Instituto? Boa noite. Como que é o nome da senhora?

Isabela Resende

Isabela Resende. Boa noite. População de Antônio, Antônio Pereira, infelizmente não está aqui, né? Mas a população de Ouro Preto e as pessoas interessadas. A gente quer agradecer a FEAM pelo lugar de fala, reforçar esse momento de participação social como um momento fundamental, né, pra construção de novos diálogos, de novas perspectivas, principalmente entendendo o impacto histórico muito negativo que a mineração deixou no estado de Minas Gerais, mas a disponibilidade pra construir novos caminhos mais responsáveis e que a gente possa sair daqui hoje com um processo de reflexão mesmo e da importância também de trazer a comunidade de Antônio Pereira pra esse diálogo. Então, primeiro eu queria começar falando sobre isso. É, o Instituto Guaicuy requereu essa audiência pública em nome da importância da participação social e a comunidade de Antônio Pereira pediu pra que essa reunião, por meio de um ofício da Comissão de Pessoas Atingidas de lá, pediu pra que essa reunião acontecesse na comunidade. E por que, que eles fizeram esse pedido? O horário da audiência pública aqui tava marcado pras dezenove horas. Pra sair de Antônio Pereira e chegar no centro de Ouro Preto é no mínimo uma hora de viagem.

Por, eu tô falando no mínimo porque hoje eles enfrentam um problema de tran, tráfego de veículos pesados pelas pela própria mineração da barragem Doutor que já atua lá, né, e que faz parte do complexo Timbopeba. E essas pessoas então têm essa dificuldade de se deslocar. Pra além disso, tem muitas pessoas e referências comunitárias da região que são pessoas idosas ou que trabalham até às dezenove horas, até às dezoito e meia e que não tem condição de de ficar livre às dezoito ou de deixar o pai e a mãe sem os cuidados pra vir até aqui. Então, reforçar que ninguém da comunidade veio, pelo que eu tô observando. Ah, algumas pessoas, graças a Deus, Que bom, Mas pouquíssimas pessoas da comunidade vieram e isso é muito pouco porque a comunidade tem condição de contribuir, né? Na segunda-feira aconteceu uma reunião na comunidade de Antônio Pereira com o Ministério Público que estiveram presente quatrocentas pessoas. Já foram realizadas outras reuniões em Antônio Pereira com a presença de noventa moradores da comunidade. Então é uma comunidade com um histórico de participação social. É a comunidade que, como a consultoria bem colocou, é diretamente impactada. E por isso eu queria reforçar e reforçar com empreendedor mesmo, que isso seja considerado, né, uma oportunidade, porque ainda tem oportunidade de conversa na comunidade, de que seja marcado uma segunda reunião pra que essas pessoas possam contribuir, entender também como conviver com esses impactos e ter ações mitigatórias mesmo pra que os danos que eles já vivem com a mineração hoje nos sejam aprofundados ainda mais e sofridos, né, com outros impactos. Uma coisa que eu queria ressaltar também, que eu acho que a consultoria colocou muito bem, é que essa obra ela vai ela exige cortar dois vírgula cinquenta e três hectares de floresta estacional em estágio médio de regeneração, além da das áreas de candial e campo ru, rupestre, totalizando então oito vírgula oitenta e sete hectare, hectares de impacto no solo, além de ser zona de amortecimento da Serra do Espinhaço e da Mata Atlântica,

Então, é uma obra que o licenciamento por si só ele traz argumentos da importância dela, mas eu acho que é importante a gente entender esse contexto de impacto então, pra saber que essa escavação de cento e cinquenta mil cúbicos de terra, ela na verdade ela vai trazer mais caminhões, mais veículos, mais tráfego de pessoas que não são do local. E em que medida, é o que eu gostaria de saber, em que medida isso vai ser, é, mensurado e mitigado naquele território? Outra coisa também que é muito importante, o Instituto Guaicuy já se posicionou em relação a isso a partir do impacto da poeira em Antônio Pereira junto ao Ministério Público é de meio ambi, é o Ministério, Ministério Público Ambiental é sobre o monitoramento da poeira em Antônio Pereira. Como que isso vai se dar, porque eles já sofrem com a descaracterização da barragem Doutor, que é parte do complexo Timbopeba. E se a gente for analisar hoje a realidade dos, dos licenciamentos ambientais que estão ali no território, tem quatro frentes de poeira em Antônio Pereira, então não dá para discutir isso de forma isolada, né? Então, entender como que a poeira tá chegando e como e quais são as medidas que vão ser tomadas pra entender como é saúde da população também, porque não é esperar a população adoecer pra colocar um posto de saúde.

É importante sim que a infraestrutura não só de saúde, mas a infraestrutura urbana, como também o trabalhador da Vale bem colocou aqui, que tem que ser alterada, tem que ser melhorada e tudo mais, mas como ser evitado também que certas coisas aconteçam, né? Além disso, eu acho que é importante ressaltar a inclusão da discussão da RPPN do Pico do Frazão, já que a gente tá falando de tantas espécies e como que isso pode ser

considerado pelo empreendedor. E aí eu queria finalizar mesmo com o reforço de que a próximo, o nosso próximo encontro seja em Antônio Pereira pra garantia da participação, informar que a população de Antônio Pereira tem uma comunidade tradicional, que é de garimpeiros e garimpeiras e eles têm um laudo antropológico e um protocolo de consulta a ser seguido. Então, que isso deve ser considerado nesse processo de participação social e de consulta à população. Desejar um bom trabalho pra gente hoje, uma boa escuta, uma boa fala e agradecer.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada pela sua participação. É, a outra solicitante que foi o representante cinquenta ou mais cidadãos, a senhora Ivone Zacarias, ela está presente no local? Não, né, pelo que a equipe me falou aqui, eu acho que ela não veio. Bem, é, embora esse processo, né, que está sendo licenciado, não seja de barragem por equiparação à lei estadual vinte e três dois nove um, nós abrimos também a lista para as inscrições das mulheres, tá? Então, além das trinta e seis inscrições, nós vamos ter mais doze exclusivo para mulheres. Lembrando que, né, as que se inscreveram na parte geral, na listagem geral, não pode se inscrever novamente na parte das mulheres. Só um minutinho que eu vou começar a chamar aqui. Ainda tem um tempo, ainda faltam cerca de oito minutos, tá? Pra encerrar as inscrições, Então, quem quiser se inscrever, por favor, É, eu vou começar chamando a listagem das mulheres, é um bloco de três para elas irem se organizando aí, a senhora Kênia Camargos Xavier, Lidiane Aparecida Silva e Elisângela Mendes. Elas estão aí presentes? Iniciando pela senhora Kênia. Você tem até três minutos. Tá bom, senhora Kênia?

Kênia Camargos Xavier - CDL

É, boa noite, meu nome é Kênia, eu represento a CDL, Câmara de Dirigentes Lojistas de Ouro Preto. É, reco, a gente reconhece a importância de um espaço como esse de diálogo, aberto entre a Vale, o Poder Público e a Comunidade. Ouro Preto vive historicamente da relação entre mineração, patrimônio histórico e turismo. Nesse sentido, considerando que quanto mais empregabilidade, mais possibilidade de consumo, fazendo gerar a economia local, gostaria de perguntar quantas pessoas a Vale tem hoje em seu quadro de empregados de Antônio Pereira e quais as pers, perspectivas para os próximos anos e onde são divulgadas ofertas de emprego para trabalhar na operação da mina de Timbopeba?

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada senhora Kênia pela participação. Senhora Lidiane Aparecida Silva, por favor. Senhora, tem até três minutos, Senhora Lidiane, pode falar,

Lidiane Aparecida Silva

Boa noite, Eu sou é moradora de Antônio Pereira há quarenta e dois anos e funcionária Vale há dezoito anos, né? Então eu tenho aqui a contribuir pra essa audiência a questão dos projetos que a Vale vem trazendo pra gente, né? É, a, eu, eu hoje a gente veio na van aí contando vários casos, então há vinte anos atrás, quando eu era mais jovens, a gente não tinha muita opção, né? Então, a gente vê hoje que a Vale vem trazendo cursos, projetos, é, benefícios pra nossa comunidade, né? Hoje os jovens têm muitas opções, né, de formação em nossa comunidade e antes a gente não tinha essas oportunidades, Então o que que eu vejo nessa nova obra que tá, né, a gente vai ter muita, muitos empregos, né, pra cidade. A gente vai ter é, a, a empresa traz cursos, né, que promovem as pessoas na comunidade. Então, assim, e o cuidado que a empresa tem eh com os espaços ambientais também em nossa comunidade, né? Então, assim, não é nenhuma pergunta, é mais uma um relato, né, de como é morador há quarenta e dois anos e como funcionário da nossa empresa, como a empresa vem trazendo desenvolvimento pra nossa comunidade, né? Se a gente não tivesse a empresa lá, muitos nem estariam lá, teria que sair pra fora para buscar outras oportunidades, né? Porque é muitos projetos, para vocês terem ideia, a minha filha ela participa de um projeto Sorria e é um projeto é excepcional, né? Eu nem eu nem uso plano para levá-la no dentista porque é um projeto muito importante pra comunidade e é beneficiado pela empresa, E são vários, né? Tô falando de um de vários projetos que já foram mostrados aqui à frente, tá? Obrigado, gente,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada senhora Lidiane, pela participação, Tá, É, agora vou chamar a próxima inscrita, a senhora Elisângela Mendes, Senhora Elisângela, tem até três minutos, por favor,

Elisângela Mendes - Comitê de Parceiros da ADOP

Obrigada, Boa noite a todos e a todas, Em nome do Comitê de Parceiros da ADOP, Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto, eu inicio reconhecendo a importância da atividade de mineração para a economia do nosso município, do estado e do país. É um setor que gera emprego, renda, arrecadação e viabiliza investimentos em infraestrutura, em políticas sociais, como saúde e educação. Contudo, entendemos que o desenvolvimento sustentável de um território não pode depender de uma única atividade. Por isso, um dos grandes desafios que temos hoje é pensar a mineração não só como fonte de recursos, mas também como alavanca para a diversificação econômica de Ouro Preto e os seus distritos. Ou seja, como os recursos e estruturas gerados pela Vale podem fomentar outras cadeias produtivas locais, gerar novas oportunidades, preparar o município para o futuro, para além do ciclo da mina. Nesse sentido, sabemos que todo empreendimento de grande porte traz responsabilidades. E é aqui que entra o segundo ponto fundamental desta audiência, a segurança. Diante disso, a pergunta é: A Vale tem divulgado diversos investimentos em conservação ambiental e na manutenção de áreas protegidas. Diante disso, gosterei, gostaríamos de saber qual é a extensão total de áreas preservadas sob a responsabilidade da empresa no município de Ouro Preto e quanto deste total está localizado no distrito de Antônio Pereira. O objetivo desta audiência é exatamente esse,

dialogar com transparência, ouvir a comunidade e construir juntos as melhores condições para que o desenvolvimento econômico caminhe junto com a responsabilidade social, ambiental e a segurança de todos, Muito obrigada,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Elisângela Mendes. Eu vou chamar agora o representante do empreendedor, que terá até seis minutos pra apresentar uma resposta. Aos questionamentos, né, foram questionados aqui mão de obra local em Antônio Pereira, quantitativo de área de preservação permanente. Que mais? A poeira, né? Foi levantada também. Quem vem pelo empreendedor?

Janua Abrantes - Gerente de Gestão de Territórios do Corredor Sudeste - Vale

Ruídos. Oi, boa noite. Meu nome é Janua, sou da área de gestão de territórios da área de relacionamento com comunidades, que atende aqui o complexo Mariana, né, Cantas Altas, Ouro Preto e Mariana. Com relação aos empregos, nós hoje temos mil duzentos e cinquenta e sete empregos na mina de Timbopeba, sendo cinquenta por cento, né, de terceiros e cinquenta por cento contratados e cerca de duzentos empregados de Antônio Pereira. Com relação aos programas de capacitação e qualificação profissional, nós temos iniciativas de cali, qualificação profissional voltadas ao empreendedorismo, ao desenvolvimento econômico de Antônio Pereira, por meios do programa Capacitar. Nos últimos dois anos, nós investimos, né, em trinta e umas, trinta e uma capacitações com cerca de quinhentas pessoas capacitadas. Nos ramos de gastronomia, estética, idiomas, serviços e tecnologia, além do projeto Reciclo, do estudo de diversificação econômica, onde nós investimos aí cerca de dois milhões e meio, dando um total de cerca de seis milhões referentes à capacitação, especificamente em Antônio Pereira. E eu gostaria também de agradecer a Lidiiane, isto, e a Elisângela, pelo pronunciamento, né? Nós da Vale temos uma honra em fazer parte das comunidades e contribuir com o desenvolvimento das comunidades das quais a gente faz parte, Muito obrigada,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Eu vou chamar a próxima inscrita, a senhora Vilma Maria de Sá. Aí tem também, já vou falando os nomes pra se organizarem, tá? Das três inscritas do próximo bloco, Vilma Maria de Sá, Margarida Paula Costa e Maria das Dores Queiroz. Tá? Em primeiro lugar agora é a Vilma Maria de Sá. Ah, cê vai continuar, tá bom? Desculpa, gente.

Leandro Gonçalves - Responsável Área de Compensação Ambiental - Gerência de Licenciamento Ambiental Corredores Sul e Sudeste - Vale

Boa noite, pessoal. É, me chamo Leandro, eu sou um dos responsáveis pela área de compensação. É, vou falar um pouco da compensação, né? Esse projeto tem eh intervenção ambiental, né, florestal, então ele é previsto compensações florestais. É, além

disso, a gente tem hoje, é, sete mil hectares preservado no município de Ouro Preto. Dentro desses sete mil hectares, quarenta e cinco por cento dessa área preservada, é, está dentro do distrito de, de Bento Rodrigues, de, de Antônio Pereira, É, é isso,

Régis Mendonça - Engenheiro Florestal - Responsável por Áreas Protegidas - Gerência de Licenciamento Ambiental Corredores Sul e Sudeste - Vale

Boa noite, Meu nome é Régis, sou engenheiro florestal, trabalho também na área de licenciamento ambiental e mais especificamente na parte compensações e áreas verdes. É, a senhora Isabela Rezende questionou na na fala dela ali sobre a RPPN no Frazão, possibilidade de criação de uma RPPN lá. Queria só esclarecer que a gente recebeu um ofício da Prefeitura de Ouro Preto. É, a gente já tinha agendado uma reunião também pra pra entender um pouco mais do assunto, porque no ofício não vinha esclarecendo qual área exatamente era, qual polígono era dessa área, mas esclarecer que a gente tá à disposição, a gente pode reunir, tanto a disposição no dia horário que a que a que a prefeitura quiser esclarecer, a gente senta, conversa e falar que a gente tem várias áreas já de preservação na região ali. Igual o Leandro comentou aqui, a gente tem uma área de de no pico do Frazão mesmo em volta dele já é toda área de compensação e reservas legais, só o topo dele que não é porque ele é, pra quem conhece lá ele é rocha, então como não tem tanta vegetação, então não tinha como a gente colocar reservas legais, mas a RPPN cabe lá e a gente não tem, tipo assim, a gente não tem interesse no pico, não não temos exploração pro pico.

Então, pode, cabe, cabe uma, uma preservação, mas a gente tem que entender melhor o assunto, Acho que o Chiquinho tá aqui também, já tivemos uma conversa sobre isso, então tá, tá tranquilo da gente sentar e, e discutir, como a gente já vem fazendo em outras outras unidades. Eu vou só aproveitar o tempo pra esclarecer outras coisas. Vamos supor, o Uaimi, para quem conhece são compensações florestais da Vale de projetos de várias minas, não só daqui de Ouro Preto, mas da região de Tabira, Brucutu, que foram eh compensadas ali e criaram a, a floresta do Uaimi. A gente tem também as outras aplicações que o pessoal falou aqui de compensações minerárias no Itacolomi, que a gente foi aplicado lá pra construir o restaurante, melhorar a sede, melhorar o alojamento, as infra, infraestruturas e as visitas que tem lá. Eh, outra aplicação que a gente tá fazendo é na APA Cachoeira das Andorinhas, que é quarenta e dois milhões, que é um um um investimento voluntário da Vale, não é não tá atrelado a nenhum tipo de compensação, mas é aplicação que vai servir pra recuperar áreas de pequenos produtores da região. Então, se ele tem um passivo ambiental no no na propriedade dele, vai ser feito a recuperação, cercamento, plantio de mudas nessa área com esse dinheiro, eh, junto com o IEF, claro. Então, a gente tem n atividades, n áreas preservadas no município aqui, inclusive Antônio Pereira, que a gente tem quarenta e cinco por cento da área de ouro preto.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. E eu vou chamar a próxima inscrita, então, a senhora Vilma Maria de Sá. Por favor, senhora, tem até três minutos.

Vilma Maria de Sá

Então, meu nome é Vilma, eu trabalhei trinta anos como professora no Antônio Pereira, E assim que eu me aposentei, eu fui pra uma associação que tem no Antônio Pereira, que até mostrou alguns bordados ali, mas ali é o mínimo que mostrou. É uma casa que chama Artes, Mãos e Flores, mas que deveria chamar Casa Mágica. Lá nós somos um grupo de mulheres, somos nós, mães. Então lá é um lado social muito bom que a gente troca figurinha, a gente trabalha, a gente produz artesanato com a Elaine Nascimento, que é a, a nossa rainha lá, tudo que a gente precisa já passaram outras pessoas também, mas no momento que eu estou lá a Elaine. Então tudo que a gente precisa a gente corre atrás da Elaine. O gente, parece pouco. Nós temos sede própria, nós temos todas as máquinas que vocês podem pensar em termo de artesanato. Nós temos carro porque nós somos feirantes. Então não foi do meu tempo. As meninas contam de quando saía com sacola nos ônibus pra mostrar as feiras. Imagina, hoje nós temos carro que nos leva, Quando é feira na Samarco, lá nas mineradoras, a Vale fornece carro. Então assim, eu sei que mineração causa impacto, né? Mas quem não quer viver mineração não pode morar em Minas, porque o nome já tá dizendo, Minas Gerais. E eu sei, e eu sei que com essa nova mina, eu não tenho dúvida que a Vale vai tentar reduzir bastante impacto através de emprego, de benefício. Gente, no Antônio Pereira hoje você pode acordar de manhã e falar assim: "Hoje eu quero comer um bolo decorado com dragão",

É só você pegar seus contatinhos lá que você acha as meninas maravilhosas que faz cada bolo maravilhoso. Por quê? Fizeram curso, lógico que é mérito delas, elas levam um jeito, porque eu não adiantava fazer curso de bolo lá que não ia fazer. Então assim, é muita coisa. Eu posso falar o antes e o depois, porque eu fui pro Antônio Pereira em mil novecentos e setenta e oito. A gente na van, eu vim com as meninas de lá, nós viemos rindo porque o que é ruim de passar é bom de contar, né? Então o que a gente já passou na escola era assim pobre ajudando pobre, gente. Hoje em dia vai ver a escola, vocês viram ali, né, que reformou a escola, posto médico. Então a gente sabe, tem impacto, tem, mas junto com os impactos, a gente sabe que nós temos também muita coisa boa, tá? E eu tenho certeza que essa nova barragem aí nos vai trazer bastante melhoria pra nós e nós contamos com isso, tá bom?

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Vilma. É, as inscrições estão encerradas, tá, gente? É, eu vou chamar a próxima inscrita, a senhora Mar, Margarida Paula Costa, A senhora tem até três minutos, Senhora Margarida.

Margarida Paula Costa

Obrigada, Boa noite a todos, Espero que estejam todo bem, todos bem, Meu nome é Margarida. É, eu tenho trinta e cinco anos, eu sou operadora de equipamentos e instalações de usina. Atuo atualmente em Timbopeba. Eu ingressei na Vale pelo programa Trainee em dois mil e vinte e dois e foi uma turma exclusiva para mulheres, visando aumentar o número de mulheres na operação. Essa oportunidade pra mim foi uma oportunidade de crescimento

e desenvolvimento, mas também mostra que atualmente as mulheres podem atuar em qualquer área é, do mercado de trabalho. Como moradora de Antônio Pereira, eu fico feliz em ver a atuação da Vale, pude acompanhar nos últimos anos o que ela tem feito junto à comunidade. É, ela vem incentivando o empreendedorismo, apoiando as ações voltadas pra cultura, lazer, esporte. A gente teve, é, recentemente a edição do Cinema na Cidade, que todos puderam participar em um evento voltado pra todos os gêneros e idades. Então envolve todos os membros da comunidade, pode ser é um evento em família, então a gente fica feliz em ver a o fortalecimento e o desenvolvimento da nossa comunidade. E eu, como moradora de lá, eu fico feliz em ver esse esse diálogo entre a empresa e comunidade, E eu acredito que esse diálogo é o caminho certo, o correto e o melhor pra um futuro melhor para todos. Eu agradeço a oportunidade.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Margarida. Vou chamar a próxima inscrita, Maria das Dores Queiroz. A senhora tem até três minutos, senhora Maria.

Maria das Dores Queiroz

Boa noite a todos. Sou Maria das Dores Queiroz, setenta e dois anos, nascida em Antônio Pereira. Nasci em casa. Então eu eu sou muito grata à mineração na nossa área, porque eu sou do tempo que a gente não tinha nem condução pra sair de Antônio Pereira pra lugar nenhum. A gente andava a pé pra Mariana, pra Ouro Preto, sabe? Então nasci lá, né? E sou muito grata à mineração que Antônio Pereira não tinha emprego. Alguns, a maioria saía pra trabalhar fora, E o garimpo, o garimpo era uma, era um meio de, de sobrevivência muito fraca, porque ninguém vivia muito bem garimpando, não, sabe? Então, o gari, o garimpo de ouro era pouca coisa. Trabalhei na Samarco de setenta e seis a setenta e oito, uma das primeiras funcionárias da Samarco, né? Na época não tinha essa exigência que tem hoje, né? Porque eu, eu só tenho fundamental e antigamente a Samarco fechava até analfabetos. Então eu trabalhei na na na Samarco mesmo como funcionária da Samarco, Sou muito grata à mineração na nossa área. Lá não tinha emprego, principalmente pra mulher, não tinha emprego. As mulheres sofriam demais, sabe? Minha mãe foi mãe de dezenove filhos naquele sofrimento todo. A gente andava a pé pra Mariana, não tinha condução nenhuma. Então sou muito grata à mineração. Não tenho do que reclamar mineração. Tem impacto? Tem sim, mas nós, nós agradeço demais a mineração na nossa área porque agora nós temos emprego, sabe?

E a gente não tinha emprego, principalmente pra mulher. Mulher Antônio Pereira vivia de quê? De garimpo de ouro quando podia pra tirar um pouquinho que ninguém sabia o valor exato do da grama do ouro. Então era, era sofrimento mesmo. Nasci em casa, né? Minha mãe teve dezenove filhos, Desses dezenove salvaram nove vivos, né? Muitos, muitos filhos morreram depois de um ano de falta de, de recurso mesmo, que era o sofrimento era muito grande Antônio Pereira sem emprego. Só quem conheceu Antônio Pereira naquela época sabe contar o que nós passamos em Antônio Pereira. Foi muito sofrimento. Não passamos fome porque a gente plantava alguma coisa, porque nem pra plantar a gente não tem terra em Antônio Pereira, você sabem disso. A nossa terra é de minério. Então sou muito grata,

né? Muito grata mesmo aos empregos. Eu sou aposentada hoje em dia, sou aposentada desde dois mil e oito, mas meu filho trabalha na Samar. Mi, minha nora, minha neta é fisioterapeuta formada, né? Então é, é formada. Tem a, a clínica dela em Antônio Pereira, Antônio Pereira, antigamente ninguém não tinha nem estudo. Eu só fiz a terceira série primária por falta de, de escola mesmo, por falta de professores. Nem professor formado em Antônio Pereira não tinha porque não ia, não tinha condição pra Antônio Pereira, sabe? Então depois eu fiz o curso fundamental, né? Fiz pelo pelo supletivo. Então, é, eu agradeço muito. Muita gente pode me chamar de puxa saco - Corte na fala...

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Maria das Dores. Agora eu vou chamar o empreendedor pra suas considerações. Seis minutos, Tá ótimo, Obrigado,

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Tá ótimo, Obrigado. Eu gostaria de agradecer as manifestações da senhora Vilma, senhora Margarida e senhora Maria das Dores. É importante momento de diálogo, escuta da comunidade. É bom saber que nós, como empreendedores, estamos contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dessa comunidade. Eu gostaria só de fazer uma um esclarecimento que não tem é construção de uma nova barragem. A gente tá fazendo uma melhoria nos aspectos de segurança hidráulicos, que é o atendimento de uma norma da ANM na barragem já existente de Timbopeba. Tá? Mas muito obrigado às três manifestações por ter saído de casa e estar aqui nessa noite hoje conosco,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Agora vou chamar os próximos inscritos. O próximo bloco é Thaís Passos Guimarães, Laura Araújo Condessa e Patrícia Sena. Tá iniciando com Thaís Passos Guimarães.

Thaís Passos Guimarães

Tá lá na minha mochila que pega depois eu te dou, Pode ser? Tá joia,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Senhora, tem três minutos. A senhora tá aí jovem,

Thaís Passos Guimarães

Em nome do SINDIExtra, que é o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais, primeiro eu gostaria de cumprimentar a comunidade, os representantes dos órgãos públicos, as autoridades aqui presentes e todos os demais participantes. Sabemos bem que a participação social é um elemento fundamental do licenciamento ambiental, que é justamente nessa oportunidade em que as dúvidas são esclarecidas, diversas opiniões, opiniões diferentes podem ser apresentadas e as considerações passam a integrar o processo de regularização ambiental pra uma posterior avaliação técnica do órgão ambiental competente SINDIExtra. Ele representa um setor que passou por profundas transformações nos últimos anos. Isso porque a mineração brasileira tem um investimento contínuo em novas tecnologias, gestão de riscos, descaracterização de barragens, monitoramento em tempo real, disposição de rejeitos a seco, além de um aprimoramento constante dos processos em si, que traz uma alteração, essa evolução altera um pouco a dinâmica da atividade. Mas é muito fácil perceber que há muito tempo a questão da segurança, ela deixou de ser só um elemento assim, um requisito operacional e passou a ser o valor central da atividade minerária.

E esse projeto de adequação da bacia de dissipação da barragem do Timbopeba visa justamente um aperfeiçoamento da segurança de uma estrutura já existente. O processo vai ser avaliado pelo órgão ambiental, mas é muito importante destacar que essa audiência pública qualifica esse processo na medida em que ela traz que apresenta todo o projeto pra sociedade, cria essa oportunidade de oitiva, de colheitas das contribuições, né? A gente sabe que o setor minerário tem obrigação de apresentar projetos consistentes, investir em melhorias, seguir regularmente a legislação, mas também tem a obrigação de manter essa interação com a sociedade de forma contínua e transparente. O SINDIExtra acredita que uma mineração responsável é construída exatamente dessa forma, com investimentos constantes em segurança, com decisões fundamentadas, bem fundamentadas em critérios técnicos e compromisso. Compromisso com as pessoas, compromisso com o meio ambiente e compromisso com o desenvolvimento. Muito obrigada a todos.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Thaís. A próxima inscrita, senhora Laura Araújo Condessa.

Laura Araújo Condessa

Boa noite, pessoal. Meu nome é Laura, eu sou do movimento pela soberania popular pela na mineração. E eu queria retomar o que a colega do Aikui perguntou inicialmente em relação à poeira, porque a gente sabe que mais de dez anos, assim, há mais de dez anos, o distrito de Antônio Pereira sofre com um, um camada de poeira muito grande, nuvens de poeira, que pra população isso significa problema alérgico, significa problema de saúde mental, significa problema respiratório. E aí a minha dúvida é a gente tá somando um impacto, né, que já existe há mais de dez anos, é nesse novo impacto é que vai acontecer agora, né? Por mais que seja uma questão necessária de ser feita, é um impacto que vai acontecer, né? O pessoal da Clam apresentou inicialmente essa questão de que a poeira,

né, que a qualidade do ar é boa, mas eu queria é retomar isso, né, porque a gente sabe que, na verdade, a população sofre muito em relação a isso. Inclusive, queria trazer uma questão do do próprio RIMA de vocês, que na parte do meio socioeconômico, né, a gente vai pegar aqui impacto, que é geração de expectativas e incertezas na população. Aí vocês colocam como magnitude baixa, relevância irrelevante. Outra coisa é interferência no cotidiano da população, magnitude baixa, relevância irrelevante. Então queria trazer de novo essa discussão da poeira e saber de vocês em relação a isso. Obrigada.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Laura. A próxima inscrita, senhora Patrícia Sena. Senhora, tem até três minutos. Senhora Patrícia.

Patricia Sena - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Obrigada. Boa noite a todos. Meu nome é Patrícia, eu sou bióloga e em nome da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, eu agradeço essa oportunidade, né, de participação dessa audiência. É, eu cumprimento aqui a Presidente da mesa, senhora Giovana, e na pessoa da mesma eu cumprimento todos os cidadãos aqui presentes para que nós juntos possamos exercer o nosso direito de participar desse processo de licenciamento ambiental. Bem, a indústria em nosso estado, ela está diretamente conectada à mineração. Os minerais produzidos em Minas abastecem cadeias produtivas essenciais, como a siderurgia, metalurgia, construção civil, fabricação de máquinas e equipamentos, infraestrutura, produção de energia e diversos outros segmentos que juntos movimentam a nossa economia e contribuem pra geração de emprego e renda em Minas Gerais. E quando nós discutimos investimentos voltados ao aprimoramento da segurança operacional de estruturas minerárias, assim como hoje aqui estamos discutindo a bacia de dissipação do complexo Timbopeba, nós também estamos discutindo, estamos falando dessa estabilidade da cadeias produtivas, da preservação dos empregos que são gerados, da competitividade da indústria e da confiança necessária para que o nosso estado continue atraindo cada vez mais investimentos e promovendo o desenvolvimento.

É importante destacar que essa audiência pública entrega, integra um processo de licenciamento e o objetivo aqui é apresentar o projeto e ouvir todos nós como sociedade. Essas contribuições elas vão subsidiar a análise dos órgãos competentes. E aqui no caso específico de Timbopeba, cuja operação emprega mil duzentos e cinquenta e sete trabalhadores, entre próprios e terceiros, trata-se da avaliação de um projeto voltado ao fortalecimento de uma estrutura já existente. A análise desse processo será conduzida por uma equipe técnica competente, né, consti, é, componente aí da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. E a FIEMG acredita que o desenvolvimento industrial, a proteção ambiental e a segurança operacional não são objetivos concorrentes. Muito antes, pelo contrário, são pilares que devem caminhar juntos para promover um desenvolvimento sustentável, responsável e duradouro para o nosso estado. Muito obrigada.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Patrícia, Agora eu vou chamar o representante do empreendedor pra responder as perguntas em até seis minutos. Eu gostaria que fosse abordada essa questão da poeira, que também foi tratado no primeiro bloco.

Camila Pantuzza - Gerente de Meio Ambiente Corredor Sudeste - Vale

Boa noite. Acho que eu tenho que subir um pouquinho. É, tá bom. Boa noite, meu nome é Camila, estou é, responsável pela área de meio ambiente e eu queria agradecer aí as perguntas da Thaís, a, as falas, né, da Thaís, da Patrícia e da Laura. E eu vou responder aqui as perguntas, a pergunta da Laura, especificamente aí sobre poeira e aproveitando e trazendo o ponto também que a Gua, a Guaicuy trouxe, né, que é representante da Guaicuy. Então eu queria eh comentar que a obra ela já tá em andamento, quase em finalização, né? E é importante a gente salientar que toda a movimentação de equipamentos, ela foi feita internamente. Então essa movimentação interna foi toda feita o controle de particulado através de pipas fazendo aspersão, né? A gente tem ali toda a parte onde teve exposição diária nos taludes, a revegetação pra evitar a emissão de particulado eólico ali, né, no arraste eólico também. Além disso, a gente tem um ponto de monitoramento de particulados, né, desse de poeira na comunidade e que é monitorado vinte e quatro horas por dia. É uma estação online de monitoramento e esse monitoramento é todo repassado ao órgão ambiental. Então, acho que é importante a gente reforçar esses pontos. A gente não teve também durante esse período de obra, a gente não teve aumento também das reclamações no local, né, na comunidade também, tá? Acho que é isso. Obrigada,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Agora eu vou chamar os outros inscritos da lista geral, ok? Começando por, eu vou falar os três primeiros pra ir...

Empreendedor Camila - Meio Ambiente Vale

A gente ia responder ainda.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Vai, vai. Ah, tá. Desculpa, gente. Eu achei que tinha encerrado. Pode falar.

Flávio Café - Equipe Técnica - Clam

Boa noite, eu sou Flávio Café. Eu sou da Clam, da equipe técnica da Clam. Apenas complementando a resposta da colega aqui da Vale a respeito de qualidade do ar, é, nós

temos que entender que a gente tá avaliando especificamente a os estudos relativos à supressão de vegetação das obras do sistema extravasor, né? O foco do estudo foi esse. E os dados que a gente obteve, né, citação automática, eh, que ela citou aqui, mostravam que todos os parâmetros estiveram dentro da legislação. Então, por esse motivo, associando o diagnóstico com impacto, é, eh, ele foi classificado como irrelevante, né? É, foi uma análise técnica em função dos dados de, de diagnóstico e da metodologia de avaliação de impactos. Obrigado.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Mais algum representante do empreendedor pra fazer uso da palavra? Já deu, né? Ok. Eh, eu vou chamar os próximos inscritos da lista geral. O senhor Gilberto Júnior da, da Graça, o senhor Roberto Soares e esse nome aqui tá difícil, hein? Rafael? Rodson? Bem, é, começando pelo senhor Gilberto Júnior da Graças. Tem até três minutos, senhor Roberto, Gilberto. Obrigado.

Gilberto Junior

Shalom a todos, Meu nome é Gilberto Júnior, eu tenho quarenta e dois anos, sou morador do distrito de Antônio Pereira. Eu falo aqui como cidadão que acredita no desenvolvimento. É muito importante a possibilidade de empregabilidade nossa região. Contudo, eu acredito em um desenvolvimento quando ele respeita a vida, a dignidade e as pessoas. Eu acredito quando esse desenvolvimento respeita o estado de direito. O descomissionamento da barragem de Doutor não é apenas uma obra de engenharia, Fala-se muito sobre técnica e isso é necessário e é responsabilidade, É um processo que envolve direitos fundamentais, inclusive de morar, ser e estar. Se você não é de Minas e não vive da mineração, você também é convidado a viver Minas Gerais, a aproveitar o nosso turismo, a nossa cultura e a nossa convivência. É justamente por isso que ele não pode ser tratado apenas como uma questão técnica restrita à empresa ou órgãos, política. É uma questão constitucional de garantir a todos nós que nós temos direito a um meio ambiente equilibrado, nós temos direito a uma um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a informação e a participação nas decisões que afetam, que é o que tá acontecendo aqui. Contudo, a participação um pouco retida, sinto falta dos meus pares aqui, moradores do distrito.

Quem aqui mora no distrito e não está afetado diretamente? Óbvio, importante que se defenda seus interesses, né? Quem trabalha, concordo com isso. Quando falamos em descomissionamento, precisamos fazer algumas perguntas. Qual será efetivamente o risco residual final do processo? Quais os parâmetros técnicos serão utilizados para demonstrar que a estrutura deixou de ser uma estrutura de risco à população? Quais os indicadores divulgados periodicamente? Como será garantida a estabilidade das áreas após a descaracterização da barragem? Quais serão os impactos sobre os nascentes, os cursos d'água, a fauna, a flora em nossa região? Infelizmente eu tenho mais uma lauda para falar, mas pra quem fala em três minutos, para uma obra que tem cinco milhões, duzentos e sessenta mil minutos de obras, infelizmente ficamos em desparidade de força. Não sou contra os projetos e contra as obras. Eu clamo por responsabilidade e por respeito à nossa

dignidade como pessoas. E fica por isso. Quais são os projetos permanentes que serão implementados nas áreas - Corte na fala...

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado senhor Gilberto Júnior. Vou chamar o próximo inscrito, senhor Roberto Soares. Senhor, tem até três minutos, senhor Roberto.

Roberto Soares - Presidente Associação Clube do Cavalo

Boa noite. É, eu sou morador de Antônio Pereira, né, há mais de cinquenta anos. E agora já sou presidente também da Associação Clube do Cavalo. E nós sempre, toda vida, né, igual o meu pai foi um fundadores lá da Praça da Baixada e sempre nós vivemos a mineração, né? Eu acho que igual o pai falava assim, aqui a gente acostumou, tem que ter minério mesmo e infelizmente não tá aqui mais, mas o quanto ele pôde aproveitar, ele aproveitou vários alojamentos, tudo que a gente tem, eu só agradeço mesmo a mineração. Moro perto ali da barragem mesmo, na Baixada, mas como diz outro, infelizmente a gente teve que se adequar, né? E, e só agradecer mesmo, né? E agradecer também a parceria, né, da Vale, né, com as nossas associações lá, que nos deu eh a gente tem vários eh ganhos, né, vários aprendizados, teve vários programas aí que o Programa Fortalecer, que fortaleceu muito, todas as nossas as, associações, inclusive o Rafael tá aqui, que é da Associação de Moradores e todos nós e também eh várias coisas, né, que a Vale tem feito lá no nosso distrito, né, desde quando esse plano de compensação, né, tudo veio só pra somar pra gente, né, e também na parte ali da, da cultura, que é o nosso foco da nossa associação, sempre resgatando os as nossas festas culturais, as nossas cavalgadas, os nossos rodeios e outras coisas mais que a gente não tinha, né?

É, assim, é, a gente só não depende, não depende mais só do poder público, que graças a Deus quando a gente chega lá na Elaine, que é nossa RC, né, enche o saco dela direto. Ô, Elaine, chega, ela fala que não tem jeito, mas no final sempre ela consegue um jeitinho pra gente, para nos ajudar, né? E agradecer mesmo a oportunidade, porque antes, assim, um tempo atrás, eu não conseguia nem chegar perto do microfone. Hoje eu tô falando um pouquinho melhor através de um curso que a gente fez lá, que foi feito através da Vale, Programa Fortalecer, muito bom também. Então é só isso mesmo, agradecer a todos aí, né? E agradecer Elaine, o Wagner, Wagner é antigo nosso lá, o Danilo, que também desde a época já a gente conheceu e tal. Então é isso aí, Então, igual a gente fala, a gente tem que adequar, claro, tem que ser uma mineração sustentável e tá sendo, né, ultimamente e uma mineração aberta, eh, perto da comunidade. Isso é importante o diálogo. É claro que talvez não vai adequar um cem por cento igual todos desejam, né? A gente também desejava, infelizmente tem que conciliar, né? A gente depende do minério, graças a Deus que nós temos a mineração aqui, que tem lugar que o pessoal não tem nada, entendeu? E só depende ali de uma plantação, uma roça e aqui não, A gente tem vários empreendimentos. Eu só agradeço mesmo que tudo que eu tenho, que meus pais teve, que todos têm lá no Pereira, é através da mineração. Sim.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado, senhor Roberto, O, o próximo inscrito é senhor Rafael, representante da AMAP, O senhor tem até três minutos. Ok, gente.

Rafael Rodrigues - Representante da Associação de Moradores de Antônio Pereira

Gente, primeiramente, boa noite a todos, Eu me chamo Rafael Rodrigues, atualmente presidente da Associação de Moradores de Antônio Pereira, sou membro do plano de compensação de Antônio Pereira, que eu tenho, eu venho dizendo há muito tempo que em Antônio Pereira isso foi o divisor de águas. O que é um plano de compensação? É um orçamento participativo do da iniciativa privada. Coisas que a gente não via em nossa região, coisas que em Antônio Pereira hoje a gente pode falar que foi o que mais resultou em coisas boas para nosso distrito. Antônio Pereira hoje tem catorze associações, um, um distrito que tem catorze associações atuantes presentes no território. É algo muito vitorioso pra nós. E hoje a gente pode falar com grande propriedade que nós fazemos parte da mineração. É, eu lembro em dois mil e catorze, quando iniciou aqueles protestos, fora Dilma, é que o Brasil todo se mobilizou, Antônio Pereira se mobilizou na causa contra a Vale, A gente brigava na Vale de parar BR, de fazer outras coisas, de ser escutado, Hoje, graças a Deus e graças ao diálogo da nossa comunidade, a gente não precisa mais disso, Hoje a gente tem um diálogo de forma inteligente. Hoje a gente busca outras formas de tá dialogando com a mineração e temos resultados positivos. Hoje a gente pode ter dentro do distrito, hoje a gente tem pessoas que vivem não da dependência da mineração. Hoje nós temos uma jovem de vinte anos que graças aos cursos fornecidos pela Vale, hoje junto com a associação nossa que lutou muito pra trazer curso, ela sobrevive sem ter que pisar dentro na área de mineração. Isso pra nós hoje é muito gratificante, é coisa que a gente busca dentro de um distrito hoje. É o que a região toda aqui fala, né? A gente depende muito da mineração, a gente busca essas outras formas de economia sustentável. Hoje a gente tem um projeto de uma feira lá que reuniu dez associações. Isso pra nós é um ganho muito grande, muito importante, é, de ver o território se organizando enquanto sociedade civil, enquanto pessoas organizadas,

Então, é, esse diálogo hoje ele é muito, é muito importante e, e ele só acontece porque tem pessoas que fazem acontecer. Hoje nós temos dentro da, da equipe Vale a nossa RC Elaine Moreira que foi mencionadas várias outras vezes aqui, que é uma pessoa que de fato está ali, escuta a população, a gente leva as demandas, por exemplo, semana passada teve uma demanda de poeira em frente ao posto de saúde, Eu recebi essa demanda enquanto associação, fiz um ofício, prontamente fui atendido, passou dois dias, a gente fez a limpeza das ruas. Tem muitos lugares que o poder público não chega, que a mineração hoje tá chegando. Então a gente ser grato por isso também é bater no peito e falar assim: hoje a gente consegue conversar com a Vale, uma mineração de todo tamanho, a gente sabe a grandeza que a Vale tem hoje, a gente sabe o tamanho que é Antônio Pereira, então a gente pegar isso, pegar de igual pra igual e ter esse diálogo é muito importante. Outros lugares não tem isso. A gente tem que valorizar isso. É claro que a gente tem as nossas cobranças também. A mineração ela causa impacto, com certeza causa impacto, mas a gente tem que ver também os be, o as coisas de benefício que a mineração traz pra nós.

Então a gente ter isso dentro do nosso território nos enriquece bastante. Então eu só queria pôr esse pontuar isso e agradecer a todos.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhor Rafael. Agora eu vou passar a palavra o representante do empreendedor que terá até seis minutos. Foram tratado algumas questões sobre etapas de descaracterização da barragem, né? Impactos em cursos d'água, os parâmetros vão ser utilizados, os impactos na fauna e flora.

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Tudo bem? Eu gostaria de agradecer as manifestações do Rafael e do Roberto de apoio. É, hoje a nossa audiência pública é sobre o extravasor, a bacia dissipação do extravasor de Timbopeba, mas em respeito ao Gilberto, que é morador da comunidade, ele fez a pergunta sobre a barragem de Doutor, que é uma barragem muito próxima comunidade e ele merece a resposta mesmo não sendo foco da audiência, tá, Gilberto? Gilberto, você perguntou sobre o risco residual, estabilidade, parâmetro de segurança da barragem, Primeiro eu gostaria de falar, Gilberto, que pra fazer a obra de descaracterização, nós tivemos que fazer um projeto de engenharia para atender toda a legislação brasileira imposta pela ANM, imposta pela FEAM. E buscamos também boas práticas internacionais de engenharia pra tá na execução da obra, tá? Gostaria de falar que o monitoramento ele é contínuo durante a execução da obra, tem uma equipe capacitada e por conta dedicada pra acompanhamento dessa obra, Gostaria de falar também que o bom andamento da obra de descaracterização de Doutor permitiu a gente retirar a barragem do Doutor de nível de emergência e nível de alerta. Então a obra segue uma condição boa de segurança e daqui a pouco a obra também vai tá sendo finalizada.

Gostaria de falar também que todo durante a obra a gente recebe fiscalizações dos órgãos competentes, ANM, FEAM e auditores, para testar e verificar se a Vale está cumprindo todos os parâmetros de segurança e aderência ao projeto. É, gostaria também de convidar o Gilberto, caso fique alguma outra dúvida, seja convidado a apa, a comparecer ao nosso centro de informações, que lá a gente pode esclarecer todos os detalhes da execução da nossa obra. E falo também que as informações técnicas das barragens, elas são disponíveis pelo site da ANM e também pelo site do Ministério Público de Minas Gerais, que podem ser consultados por todo o cidadão. O Gi, Gilberto também perguntou sobre o impacto de nascentes. Eu gostaria de esclarecer que a obra de descaracterização é de uma barragem de uma área já implementada, já é operacional, ou seja, já antropizada e não tem impactos em áreas onde ter, teriam novas nascentes. Obrigado pela pergunta a todos.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Mais algum representante do empreendedor vai fazer uso da palavra? Não, né? Então vamos chamar os próximos inscritos. O bloco de três é João Carlos Martins, Du

Evangelista, Ivan Dilson Reis. Começando por João Carlos Martins. O senhor tem até três minutos, Senhor João Carlos.

João Carlos Martins - Presidente Associação Comercial

Boa noite a todos. É, eu tô aqui representando o segmento dos empresários da cidade, porque eu estou presidente da Associação Comercial. E em primeiro lugar quero dizer que tô muito feliz em poder tar nesse espaço aqui. E que bom que tem esse espaço onde eh dois lados, duas impressões se encontram e que é um espaço de absoluta democracia, onde as pessoas podem falar sem se digladiar e se entender ao final que essa é a grande proposta da gente quando está em cena. É, eu não sou morador do do de Antônio Pereira, não, não, não tenho este lugar de fala de morador. É, e o que eu pude sentir aqui é o seguinte, é, como seria bom se nós pudéssemos extrair da terra todas as suas riquezas, todas as suas potencialidades sem, sem feri-la, sem magoá-la, sem tirar dela a, a o princípio de que ela foi criada, do jeito que ela foi criada. Então, se nós pudéssemos minerá-la sem ter nenhuma repercussão negativa, provavelmente este seria o ideal. Mas, infelizmente, a gente não consegue. E o que a gente espera, deseja, então, é, na qualidade de ser humano, que acaba, eh, sofrendo as repercussões, todos os aspectos negativos que vêm desta exploração, o que a gente espera é que esses gestores desses processos possam é, fazer isso da forma mais tranquila, mais amena, mais bem pensada possível, pra que nós soframos o menos possível.

E eu tenho a impressão que é isso que eu ouvi aqui dos representantes do empreendedor, que todo o moni, monitoramento, todos os aspectos de segurança têm sido observados. E então, neste sentido, realmente eu eu, eu saio daqui bastante tranquilo. É, eu, eu formulei aqui pra eles uma uma pergunta é na qualidade, né, no meu escaninho aqui de de, de posição que é do empreendedor. Eu quero perguntar pra eles o seguinte: a Vale possui programas de capacitação e qualificação profissional voltados para a população das comunidades onde atua? Especialmente para os os moradores das áreas diretamente impactadas por esse empreendimento? Se sim, quais são os cursos que estão disponíveis atualmente? Quais são os critérios de participação? E como os moradores podem se inscrever pra ter acesso a essas oportunidades de formação e desenvolvimento profissional. Só isso. Boa noite.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado, senhor João Carlos. A próxima escrita Du Evangelista. O senhor tem até três minutos.

Du Evangelista

Vou levantar um pouco, senão não vou mexer. Isso pode ir. Tá legal. Obrigado. Boa noite, pessoal. É, só pra eu me localizar aqui, eu queria saber quem não trabalha na Vale aqui? Quem não trabalhe nem que seja assim pra uma prestadora de serviço da Vale. Legal. Só pra gente poder entender que eu queria saber por que que o pessoal não fizer, por que que

não foi feita a audiência é, em Antônio Pereira? E se teve algum motivo, como a Vale tá falando que é aberto ao diálogo, que seja feita uma outra audiência pra tratar desse assunto lá em Antônio Pereira pra dar mais condições das pessoas que não puderam vir aqui por causa das distâncias de todos os problemas participarem também, já que a Vale, né, tá colocando-se a, aberta ao diálogo, que seja feita uma outra audiência lá em Antônio Pereira pra que as outras pessoas também possam é, acompanhar. Isso é uma tipo um encaminhamento que eu gostaria que a audiência tomasse. Uma outra coisa, gente, é o seguinte. Nós tamos aqui pra falar de uma obra emergencial. Por que que você faz uma obra emergencial? Porque alguma coisa deu errado, alguma coisa deu errado, Duas barragens próximas às duas com problema.

Então, eu sou engenheiro civil, eu sou formado aqui na escola de Minas e me formei há bastante tempo atrás, quando nem existia ainda grupos de geotecnia dentro das da mineradora. A geotecnia era colocada ali como um patinho feio, faz de qualquer jeito e tudo mais. As coisas evoluíram, mas a gente vê que esse problema de barragem causa danos emocionais em várias pessoas da comunidade que não puderam tá aqui hoje. Esse terrorismo de barragem de você ficar o tempo todo fazendo obra emergencial pra poder segurar a barragem, pra reduzir risco, isso é um problema pra quem vive lá. Das pessoas que trabalham na Vale, quem mora em Antônio Pereira. Me falaram aqui que tem duzentos empregos em Antônio Pereira eh desse desse complexo que tá tão falando aqui de Timbopeba, Desses duzentos, onde estão essas pessoas? No escalão A, B, C, D, onde? Porque muitas vezes eles falam que a mineração traz desenvolvimento, mas Antônio Pereira é minerado há mais de trezentos anos. E por que que tem tanta deficiência lá? Como foi relatado aqui, as pessoas lembrando que na infância sofriam com uma escola ruim, sem transporte, sem estrada, porque as à prefeitura de Ouro Preto sempre virou as costas pro Antônio Pereira. A função de ornar escola, de arrumar creche, não é da mineradora, é da prefeitura de Ouro Preto. A escola é do governo do estado, se for estadual, se for da é, da primeira infância ali, é da prefeitura. Então o estado deixou de prestar serviço, a Vale vem, passa mel na, na boca das pessoas e esconde o verdadeiro problema que a gente tem, que são esses riscos que estão sobre as cabeças das pessoas. E vocês que trabalham na Vale e que não moram lá não conseguem ser - Corte na fala...

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado, Senhor Du Evangelista, pela participação. O próximo inscrito é Vandilson Reis. Senhor Vandilson, O senhor tem até três minutos, senhor Vandilson.

Vandilson

Olá, pessoal. Boa noite. Conforme já foi dito, meu nome é Vanilson, desejo a todos uma noite maravilhosa. É, o que eu tenho para dizer é que também sou de Antônio Pereira, tá? Tenho orgulho, né, de ser dessa terra. Trabalho na Vale com muito orgulho. E só quero falar o seguinte, o que que significa a adequação da bacia de disposição. Isso tem vários viés. E quais são o significado isso? Significa mais empregabilidade ou a continuidade da empregabilidade continua também mais o desenvolvimento econômico, que isso é muito importante para quem é Antônio Pereira, igual alguém que passou aqui falou que tem mais

de setenta anos, sabe muito bem qual é o desenvolvimento que trouxe esse empreendimento, que é a Vale, e traz também mais prosperidade, né? É, e sem falar também que o empreendedorismo ele tem, tem sido muito grande depois que chegou, né, as mineradoras aqui na nossa região. É, essa semana eu escutei um uma pessoa falando, né, numa formatura de que Antônio Pereira era uma cidade muito pequenina, era um distrito muito pequeno e geralmente a grande maioria era chão de fábrica. E a gente vê que esse desenvolvimento ele foi tanto que nos últimos dez anos, hoje nós temos em Antônio Pereira através das mineradoras engenheiros, analista da qual eu faço parte, é administrador de empresa da qual eu também sou formado e outros também, Ou seja, Antônio Pereira hoje deixou de ser da sua grande maioria chão de fábrica e passou a ser cabeça. Obrigado a todos.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado, senhor Vandilson. Eu vou chamar o representante do empreendedor para manifestar em até seis minutos. Foram tratados aqui alguns a questão dos programas de capacitação das áreas diretamente afetada e distribuição de mão de obra contratada e o local da audiência pública.

Isabel Roquete - Gerente de Licenciamento Ambiental Corredores Sul e Sudeste - Vale

Tá? É, eu vou esclarecer em primeiro ao João Carlos sobre o local da audiência pública. Nós estamos seguindo a norma que rege a audiência pública no estado de Minas Gerais, que é uma deliberação normativa de número duzentos e vinte e cinco, duzentos e dezoito, que diz que a gente tem que realizar audiência pública no dia, no, no município sede, onde o projeto de licenciamento ambiental está locado, que é Ouro Preto. Mas, né, mesmo assim, é, nós estamos acostumados a fazer várias audiências públicas e nós disponibilizamos a participação tanto pra Mariana, Ouro Preto e Antônio Pereira, de forma que toda essa comunidade fosse ouvida. Em Antônio Pereira, nós disponibilizamos oito vans, passando pela estrada da Purificação, que é um caminho, né, parece que mais curte, é, de cerca de dez a doze quilômetros, onde o percurso foi, né, demorou aí trinta e cinco a quarenta minutos pra chegar aqui até o local da audiência. Então nós, né, mediante essas ações, nós consideramos que nós, é, abrimos sim oportunidade ampla a discussão aqui de todas as comunidades é, envolvidas direta ou indiretamente eh abrindo aqui pra Mariana, Ouro Preto e o distrito de Antônio Pereira. Então, é, é, nós fornecemos mecanismos de participação por meio do transporte, né, seguro, além de um, de um lugar seguro que conseguisse, né, alocar todas essas pessoas aqui presentes. Muito obrigado.

Janua Abrantes - Gerente de Gestão de Territórios do Corredor Sudeste - Vale

Boa noite, Com relação às informações dos programas de capacitação e qualificação, né, nós temos várias iniciativas em Antônio Pereira, citadas aqui pelos comunitários, né, que vieram se pronunciar. Dentre elas, do programa Capacitar, nos últimos dois anos, nós capacitamos aí cerca de quinhentas pessoas em trinta e um cursos. Deles foram gastronomia, estética, idiomas, serviços e tecnologia, isto. E além de um estudo de

diversificação econômica que nós es, elaboramos junto ao IEL, que é o Instituto Euvaldo Lodi junto a FIEMG, né, e também pra contribuir com o desenvolvimento econômico, especificamente de Antônio Pereira. Um outro ponto que também foi falado foi sobre os profissionais, né, citados que trabalham e que são de Antônio Pereira. São diversas áreas e diversos profissionais e nós priorizamos a contratação da mão de obra local. E nós temos as oportunidades que são divulgadas no site www.vale.com, onde tem uma aba escrito oportunidades. Com relação também à divulgação dos cursos, nós usamos os nossos mecanismos de escuta e resposta através dos profissionais de relacionamento com comunidades, além de também colocarmos cartazes distribuídos em pontos específicos da comunidade e também usamos o WhatsApp e também as páginas, né, as mídias sociais da Vale. Muito obrigada.

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Acho que tá joia. Obrigado. Obrigado. Gostaria de agradecer a manifestação do João Carlos e do Edilson e gostaria de responder a pergunta do Evangelista em relação à emergencialidade que a gente se aplicou nessa obra. É, Evangelista, não tinha nenhuma patologia crítica na barragem. A emergencialidade se deve ao cumprimento de prazo da resolução ANM noventa e cinco, que mudou o enquadramento, que mudou a regra pras barragens, extravasores, pra PMP. E ela definiu um prazo, um prazo de implantação. Nós compartilhamos de profissão, somos engenheiros civis e você falou que acompanhou obras de geotécnicas e temos que prezar pra uma boa qualidade de entrega de obra. Pra uma boa qualidade de entrega de obra, nós temos que fazer investigação geotécnica, sondagens, coletas de amostras, boa topografia. Depois disso, vamos desenvolver o projeto e discutir com uma equipe multidisciplinar pra atender todos os aspectos do projeto. E isso demanda tempo pra sair com qualidade. E pra implantação cumprir o prazo, teve que ser emergencialidade. Então nós prezamos a qualidade, mas tivemos que abrir mão da emergencialidade pra ser executada. E tratamos também de uma instabilidade de um princípio de erosão. Pra segurança de barragens, as coisas tem que ser tratada no princípio, a gente não deixar evoluir pra ser tratada. Então, dessa forma que a gente justifica também o talude de ombreira que foi tratado. Tá joia? Espero ter respondido. Obrigado.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Vamos para o próximo bloco de inscritos. Os três inscritos são José Antônio Gonçalves, Francisco de Assis e Gisele Ferreira. Começar por José Antônio Gonçalves, por favor. O senhor tem até três minutos, senhor José.

José Antônio Gonçalves

Boa noite a todos. Eu também não sei expressar muito, mas vim aqui fazer justiça e falar a verdade, porque nós não devemos ser às vezes hipócrita com as palavras da gente. Nós, nós sabemos que Antônio Pereira no passado, a qual que eu cheguei lá há seis, quarenta e seis anos atrás, nós passamos dificuldade porque não tinha emprego, não tinha nada, não tinha mineração lá. A Vale não estava lá na época e hoje é a nossa fonte de renda. É a, é a

empresa que tá as mineradoras que estão lá agora, Samarco e Vale, nós dependemos dela. Então nós não devemos ser também hipócritas, as pessoas que, as empresas que nos tirou nós da dificuldade hoje às vezes são criticadas, mas se não fosse ela nós nem, nem estaria na Antonio Pereira. Eu pelo menos tinha que ir embora de lá porque eu tinha que sobreviver e lá não tinha condições. Eu sou da época, às vezes eu ficava sem comida pra meus irmãos mais novo comer porque não tinha não tinha emprego, não tinha nada. Eu era irmão de catorze irmão e não tinha ajuda, não tinha ajuda de governo, não tinha nada na época. A empresa chegou lá em oitenta e dois pra oitenta e três.

Eu trabalhei lá na na nessa barragem lá do Timbopeba lá na empre, na terceirizada na época que nos ajudou a nós a criar nós eu ajudar a criar meus irmãos. Então nós dependemos da mineração. Às vezes as pessoas não sabem o valor. Havia pessoa que não mora lá não sabe a dificuldade que a gente passou no passado. Eu quero colocar a fala da Maria e da Zu também na minha fala porque ela é da nossa época, nós passamos dificuldade lá que não tinha emprego, não tinha nada. Então as, as mineradoras chegou e ela traz impacto, traz, mas ela chegou e nos ajudou. Nós que emprego tem hoje agradeço as empresas a Vale, Samarco com a parceria na parte da educação, da saúde da do CRA, tudo a Vale tá envolvida, toda o, o evento, atividade que tem Antônio Pereira a Vale está a par, tá junto conosco lá. Eu quero até agradecer a nossa companheira Elaine sempre nós estamos cobrando dela as coisas, vou dar um jeitinho Zé e consegue nos ajudar, Então são essas tem que agradecer, também não ser ingrato, a gente tem que agradecer também o que a que a empresa fez pra comunidade Antônio Pereira que nós temos Antonio Pereira hoje de sucesso. Agradeço a mineradora porque nós não temos outro jeito de sobreviver lá que lá não é terra de agricultura, não é água de terra de água pecuária, porque é um terreno cheio pedregulho, não dá para criar gado e nem plantar roça. Então as empresas que salvou Antônio Pereira e tem salvado até hoje, Se Deus quiser vai ficar pra salvar meus bisnetos que eu já sou até bisavô,

Meus netos estão vindo, quero que seja trabalhando aí e hoje tem muita gente, Antônio Pereira que é formado. Agradeço a Samarco e a Vale que cria os cursos profissionalizantes que ajuda a comunidade. Uma do meu meu tempo pouquinho que eu queria falar muito mais coisas e ser justo com as coisas não só com com as empresas como as empreiteiras terceirizadas também que é parceiro da comunidade sempre nós estamos juntos estão lá cobrando deles estão atendendo nós. Traz impacto traz porque aonde que vai fazer, vai fazer uma casa, vai, você vai criar problema de fazer sua casa. Então se a empresa tá lá dando emprego, trabalhando, produzindo e ajudando nós também a - Corte na fala...

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado, senhor José. O próximo inscrito, senhor Francisco de Assis, Assis Gonzaga, por favor. O senhor tem até três minutos, senhor Francisco.

Francisco de Assis Gonzaga

Boa noite a todas e todos. Queria dizer que tá, tô aqui em nome do município, né, destacar que tamo aqui presente também com o secretário de obras, secretário de desenvolvimento

econômico e com muita atenção acompanhando essa questão que por competência está sendo licenciada pelo estado. É, primeiro eu queria destacar da importância que foi colocada aqui pelos moradores, que é importante destacar das parcerias institucionais que vêm transformando a qualidade de vida dos moradores. Isso dentro de um fórum de tratativas onde o município tá presente e é uma premissa do Prefeito Ângelo buscar essa justiça tributária para a comunidade de Antônio Pereira. Isso é muito importante destacar e presenciar isso na fala, principalmente dos moradores, dizer que estamos sempre aberto a questão dos diálogos, escutamos muito da comunidade, né, que nos reporta sempre em suas falas. Então, eu queria pedir uma atenção muito especial com essa questão do monitoramento e das ações mitigadoras com relação à qualidade do ar. Acho que isso é muito importante, isso foi trazido muitas vezes aqui, pedir para que a gente possa ter uma ação de fortalecimento da Associação de Catadores de Antônio Pereira, sobretudo na destinação de todo o material reciclado. Nós temos o programa Ouro Preto Recicla.

A Vale já é uma parceira, acho que a gente pode ampliar esses horizontes. A RC8 fez um trabalho maravilhoso conosco nas associações, nas quatro associações. A priori, por compensação, era apenas Antônio Pereira e por um pedido da prefeitura foi estendido às demais associações do município, que são quatro associações hoje. E por último, por último, não, por penúltimo, dizer que hoje, inclusive informar a FEAM, a gente tem o Plano da Mata Atlântica aprovado como lei da Câmara, Câmara Municipal e que ele pudesse ser usado como referência das compensações dentro do território. E nesse sentido reforçar aqui o pedido, né, já referenciado no plano da Mata Atlântica, que é a ARPM do Frazão. Informar que nós já tivemos uma primeira reunião, as tratativas vêm acontecendo, eu acho que tem tudo pra gente consolidar ainda mais uma unidade de conservação dentro do território de Ouro Preto. É isso e desejo que esses apontamentos aqui sejam colocados, né, com muito entendimento dessa possibilidade de diálogo pela equipe licenciadora, que a gente possa conferir boas ações mitigadoras e compensatórias pro nosso território. Muito obrigado.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhor Francisco. A próxima inscrita, é a senhora Gisele Ferreira. A senhora tem até três minutos.

Gisele - MAM

Obrigada. Boa noite, meu nome é Gisele, eu sou militante do MAM, que é o movimento pela soberania popular na mineração. É, e a gente faz parte do núcleo aqui de Ouro Preto. É, nós do MAM, a gente não é contra a mineração, mas a gente é contra esse atual modelo que tá inserido na nossa sociedade, que leva o lucro acima de tudo, e queria fazer coro com a reivindicação de que eram pras pessoas que era pra essa audiência tá acontecendo de fato no território de Antônio Pereira, né, pra poder possi, possibilitar a participação ativa da comunidade. É, recentemente eu tive a oportunidade de acompanhar a visita da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa junto com a deputada Bela Gonçalves e eu pude ouvir dos moradores muito sobre os impactos relacionados, principalmente à saúde mental da população. Estavam presentes representantes da comissão dos atingidos e eles

falaram do sentimento de insegurança, de medo, de descaso, de ausência de informações. Durante o momento da atividade, duas atingidas passaram mal e tiveram que sair. E eu acho que isso diz muito, São mais de dez anos de luta que e essas pessoas estão adoecidas.

É, e aí entendendo também o papel de uma audiência pública, né, escutar a população do território, é muito importante. Infelizmente o que a gente ouviu aqui das poucas pessoas do Pereira foram só agradecimentos à empresa numa fuga da pauta que é a adequação da bacia de dissipação da barragem Timbopeba. E no dia, né, dessa visita da comissão de meio ambiente, diversos atingidos pontuaram a ausência de comunicação efetiva da empresa com a comunidade. Então eu questiono, né, quando a gente fala dos impactos socioambientais no, no RIMA, é, a, a mitigação tá relacionada com o programa de comunicação da Vale. Como que vocês pensam esse diálogo de uma forma que seja efetiva e quais que são as estratégias pra poder garantir a participação de fato das pessoas atingidas nesses espaços. E eu queria dizer também, né, que a gente tá em Minas Gerais, território das Minas, mas que também é território de abundância de água e que minério a gente não bebe. Obrigada.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Gisele. Eu vou chamar o representante do empreendedor para se manifestar em até seis minutos. Foram tratados aqui algumas questões de monitoramento e medidas de mitigação de qualidade do ar, programas sociais de relacionamento, asso, associações locais, a criação de RPPN em Ouro Preto, Programa de Comunicação Social da Vale em relação aos atingidos,

Régis Mendonça - Engenheiro Florestal - Responsável por Áreas Protegidas - Gerência de Licenciamento Ambiental Corredores Sul e Sudeste - Vale

É, Régis Vale de novo, Só respondendo o Chiquinho, acho que eu já tinha comentado aqui, a gente já iniciou as tratativas lá da da do diálogo sobre uma R, uma possível RPPN lá no Frazão. A gente tá aberta a, a reunir dia e hora que tiver disponível, a gente tá disponível também. A gente vem aqui em Ouro Preto e tá a disposição pra discutir isso, mas a gente precisa ver o local exato e ver os atributos de lá pra poder propor. Obrigado, Chiquinho.

Camila Pantuzza - Gerente de Meio Ambiente Corredor Sudeste - Vale

Boa noite mais uma vez também trazendo em cima da fala do Francisco, né, acho que é importante a gente reforçar, né, os, os pontos trazidos em relação aos impactos, né, a gente traz no estudo ali todos os programas que estão sendo executados durante a obra em relação aos impactos, tanto de qualidade da água, quanto qualidade do ar, monitoramento de fauna, né, todas essas questões relacionadas aí a também à fase de supressão, que a gente fez, é, teve uma parcela de supressão ali, né? Então, a gente entra com um processo de resgate antecipado ali, uma avaliação de toda aquela flora local e depois a gente

também faz a retirada de alguns espécimes ali pra gente desenvolver e fazer a compensação em outra área. E a enquanto tem a supressão, a gente faz o acompanhamento e afugentamento da fauna, se houver alguma ocorrência durante o processo. Então, aproveitando a fala do Chiquinho, né, reforço todos esses programas que já acontece inclusive, né, em todo o nosso processo de operação na mina, mas que a gente continua aí reforçando todos esses po, processos pra reforço de minimização dos impactos, né?

Janua Abrantes - Gerente de Gestão de Territórios do Corredor Sudeste - Vale

Com relação aos canais de comunicação da empresa, nós temos os profissionais de relacionamento com comunidades. A gente tem o relacionamento com comunidades online, que você também pode acessar e clicar no link. Nós temos o zero oitocentos e a Vale, ela busca, né, esse diálogo e essa proximidade das comunidades das quais ela faz parte. É, nós temos um programa de visitas da Vale pra gente poder apresentar pra comunidade o status das obras de descaracterização da barragem ou também se ela quiser conhecer alguma unidade nossa, né, eh, no complexo Mariana, ela pode ir também conhecer a nossa casa, conhecer as nossas estruturas e tirar as dúvidas conosco. Especificamente sobre a visita, logo após a visita, nós já tivemos um diálogo na comunidade de Antônio Pereira, né? E também está previsto uma visita da comunidade ainda este mês de julho. E no próximo mês de agosto já temos datas confirmadas de diálogo. Então, temos um calendário, né, estabelecido, mas isso não nos limita ao diálogo conosco. Então, a gente sempre tá aberto a construir com a comunidade oportunidades pra que a gente possa esclarecer as dúvidas e apresentar também os nossos os nossos projetos. Se tiverem alguma dúvida também, a gente tem os profissionais de relacionamento com a comunidade que estão aqui conosco e a gente tá à disposição também pra esclarecer out, outras dúvidas ou marcar outras visitas também, tá bom? Muito obrigada.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada. Agora nós vamos para última lista de inscritos. Temos só um inscrito nesse último bloco, é João Carlos de Melo. O senhor tem até três minutos, seu João Carlos.

João Carlos de Melo - IBRAM

Obrigado. Isso te pertence. Senhoras e senhores, meu boa noite a todos. Espero que estejam todos bem. Bem, eu sou João Carlos de Melo, como já foi apresentado. É uma satisfação estar aqui. E em nome do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM, eu cumprimento os representantes das comunidades, das instituições públicas, dos órgãos ambientais e todos os participan, os participantes dessa audiência pública. Bem, o licenciamento ambiental, acho que convém fazer uma ressalva em tudo isso, é um dos principais instrumentos para assegurar que empreendimentos sejam analisados com transparência, responsabilidade e base técnica. As audiências públicas desempenham um papel importante nesse processo ao permitir que a sociedade conheça os projetos, apresente suas contribuições e participe da construção das decisões. A mineração, como já

vem sendo dito, é, é uma atividade essencial para o desenvolvimento do Brasil. Os minerais produzidos em Minas Gerais estão presentes na infraestrutura, na habi, na habitação, na produção de alimentos, na indústria, na saúde, na mobilidade e nas tecnologias que viabilizam a transição para uma economia de baixo carbono.

Como dá ênfase esse baixo carbono, eu gostaria de ressaltar mais uma vez para uma economia de baixo carbono. Ao mesmo tempo, a sociedade espera uma mineração cada vez mais segura, mais transparente, é, e mais responsável. Essa expe, expectativa é uma legítima e vem é legítima e vem impulsionando importantes avanços no setor com investimentos em inovação, monitoramento, gestão de riscos, riscos e fortalecimento dos padrões da segurança das operações. Nesse contexto, essa audiência pública tem como propósito contribuir para uma análise de um projeto específico de da adequação da bacia e dissipação da barragem de Timbopeba voltado ao aprimoramento da segurança de uma estrutura existente. As manifestações aqui apresentadas integrarão os processos de licenciamento ambiental, cuja decisão será fundamental nos estudos técnicos da legislação vigente e na avaliação dos órgãos competentes. O IBRAM acredita que o fortalecimento da mineração responsável passa pelo respeito dos licenciamento ambiental, pelo diálogo permanente com a sociedade, pela inovação da tecnologia e pela busca contínua dos mais elevados padrões de segurança e sustenta, e sustentabilidade. Esse é o compromisso que me permitirá conciliar desenvolvimento econômico, projeção ambi, ambiental e confiança da sociedade. É isso, senhores, Muito obrigado pela atenção,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigado, senhor João Carlos,

João Carlos de Melo - IBRAM

Obrigado. Agradeço.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Eu vou chamar o representante do empreendedor porque nesse bloco só tinha um inscrito pra se manifestar em até seis minutos.

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Eu vou agradecer ao senhor João Carlos, a presença, a fala de apoio. Muito obrigado. Representante aqui como empreendedor, agradeço toda a participação. Muito obrigado, João Carlos.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, Agora nós vamos pra nossa quarta parte nas considerações finais que o tempo será dividido entre os solicitantes aqui presente na audiência a gente só tem os solicitantes do Instituto Guaicuy, a senhora Isabela Resende, eh, a senhora Ivone não está presente, então serão dez minutos para o Instituto Guaicuy e dez minutos para o empreendedor. Senhora Isabela, a senhora tem até dez minutos, por favor.

Isabela Resende

Oi, boa noite. É, eu quero reforçar uma pergunta, porque a Vale respondeu todas as perguntas de fato, né, os funcionários da Vale que foram colocados aqui, menos uma. Por que a audiência pública não é em Antônio Pereira? Foi falado que é doze quilômetros daqui, que disponibilizo van, toda a infraestrutura que a empresa já detém sempre. Isso, isso não era, isso não é a pergunta. A pergunta é por que a Vale não faz audiência pública em Antônio Pereira? Por quê? E aí, é, eu acho que essa resposta todo mundo sabe de algum lugar, né? Tem gente que vai usar o argumento legal, tem pessoas que vão se amparar no argumento político do que é interesse ou não da empresa nesse momento. Mas eu queria reforçar aqui o compromisso do empreendedor com diálogo a partir de essa demanda comunitária. Existe a demanda, Tem duas opções para essa demanda, Ela ser acatada e o diálogo acontecer e ela não ser acatada e esse processo ser considerado um processo de diálogo. Antônio Pereira, eu olhei aqui no último censo do IBGE, que é de dois mil e vinte e dois, tem quatro mil setecentos habitantes. A gente não pode considerar que doze vans ia dar conta disso. E mesmo se desse, a comunidade se manifestou e solicitou que o diálogo fosse lá. E a empresa de consultoria colocou aqui de forma muito clara e objetiva que Antônio Pereira é o distrito mais próximo,

Antônio Pereira tá a cinco quilômetros dessa da, da do complexo Timbopeba. Aqui tá vinte e cinco quilômetros de Antônio Pereira pela estrada sem ser a Estrada da Purificação. Pela Estrada de Purificação é quinze quilômetros. Eu demorei uma hora pra chegar hoje. Pode ser que outra pessoa demore trinta e cinco minutos, quarenta minutos, mas é demorado para chegar aqui. O horário das dezenove horas não é adequado pra quem vai precisar fazer esse deslocamento e precisa trabalhar. Então eu só queria reforçar isso nesse tempo. Mais uma vez agradecer a FEAM pela oportunidade, por ter atendido ao requerimento do Instituto Guaicuy e reforçar mais uma vez que o pedido da comunidade que hoje pelo aliás hoje não, pelo censo do IBGE de dois mil e vinte e dois que era de quatro mil, mais de quatro mil pessoas, é de que a audiência aconteça lá. E eu acho que todos esses moradores que falaram aqui vão ter oportunidade de falar lá pra quantidade de pessoas que está que estão lá. Ninguém perde com diálogo. A Vale não vai ficar pior porque ela acatou um pedido da comunidade de estabelecer o diálogo lá. Isso não vai fazer da mineradora pior. Isso não vai fazer que o empreendimento não aconteça, né? Sejamos sinceros aqui. A gente tá num processo aonde o diálogo vai conduzir, vai trazer contribuições. Não é esse o ponto, né? Ninguém aqui vai vai, o diálogo só melhora o processo. A participação das pessoas só contribui pra que esse empreendimento ele possa ter ações mitigatórias que sejam mais efetivas no território. Ninguém tem opção de sofrer, não, gente. Ninguém tá achando: "Ah, que beleza, vai ser ruim".

Não é isso. Ninguém tá querendo sofrer, não. As pessoas estão querendo conversar pra contribuir pra que isso seja efetivo. A gente tem que parar de ter medo do diálogo. Um diálogo que fica a empresa é legal ou não é legal? Não é sobre isso, é sobre como e essa alteração em uma mina que já existe em um complexo minerário pode ou não contribuir pra dinâmica daquele território. E existem pessoas que se manifestaram, pessoas não, a comissão de pessoas atingidas, né, que tem uma representatividade imensa, que se manifestaram no processo, que se manifestaram pro pro órgão competente e solicitaram que essa audiência aconteça lá. Isso não vai piorar as coisas, isso só vai melhorar. Então, quanto Instituto Guaicuy, eu reforço esse pedido, peço que aconteça uma reunião em Antônio Pereira e que essa população tenha melhores condições de colocar junto aos outros moradores que se colocaram hoje, como que é a vida nessa comunidade e como que eles vão sentir então as, as obras de compensação, os projetos e tudo mais que a empresa tá se dispondo a fazer.

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada, senhora Isabela, pela participação. Agora vou chamar o representante do empreendedor, que terá até dez minutos para as considerações finais.

Quintiliano Guerra - Diretor de Geotecnia e Hidrogeologia Corredor Sudeste - Vale

Oi. Agora sim. Eu gostaria de agradecer a presença de todos que estiveram aqui nesta noite conosco. Gostaria de agradecer a presença da organização, equipe da FEAM, que esteve aqui pra promover esse evento que é um ambiente de debate, discussões, diálogos. Gostaria de falar que todas as manifestações, todas as críticas, todos os posicionamentos estão registrados por nossa equipe, serão analisados e vão nos ajudar a melhorar a cada dia. É muito importante pra todos nós empregados que estamos aqui hoje ter essa escuta da comunidade, da comunidade de Ouro Preto, da comunidade de Antônio Pereira. Eu gostaria de falar também que as discussões, as conversas e o diálogo, elas não terminam por aqui. Nós já realizamos, Isabel, várias reuniões na comunidade, onde apresentamos o projeto, este projeto da bacia dissipação, o projeto da descaracterização de Doutor, que também foi ponto de pergunta aqui. Nós temos a presença constante dos nossos analistas de relações de comunidade que dialogam o tempo inteiro com os moradores. Nós instalamos também em uma casa na vila de Antônio Pereira, que é o Centro Sócio Informativo, para passar todas as informações sobre as obras pra coletar todas as dúvidas e críticas da comunidade. Então hoje aqui foi um ambiente de troca de informações, dentre vários outros que já existiram e continuam a existir, tá? Porque os nossos canais de comunicação ainda permanecem abertos.

Eles estão abertos pra comunidade. Sejam convidados a quem tiver dúvidas, a coletar mais informações, a nos procurar nos canais de comunicação oficiais, que eu também apresentei aqui, e também com a nossa equipe que está presente na comunidade. É, eu gostaria de, pra finalizar, que a mineração existe pra melhorar a vida das pessoas e transformar o futuro para melhor. Estamos cientes dos impactos que nós causamos, mas também estamos cientes do que o nosso dever como cidadão de tudo que a gente tem que fazer de retorno pra nossa comunidade. Falado que eu senti respeitado por todos vocês que estiveram aqui

hoje e agradecer em nome de todo o time da Vale que estava aqui comigo. Muito obrigado a todos vocês,

Doutora Giovana Randazzo Baroni - Presidente da Mesa

Obrigada pela participação, pelos esclarecimentos. Agora nós vamos chegar na nossa quinta parte da audiência pública, né, que é o encerramento. Eu queria reforçar que eventuais dúvidas, esclarecimentos, sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail da ura.cm@meioambiente.mg.br, eu vou pedir eles pra disponibilizar isso no telão aqui, o e-mail no prazo de até cinco dias úteis a partir de hoje, tá? E o empreendedor terá o prazo também de até cinco dias úteis para responder as perguntas e os questionamentos, eventuais dúvidas. Eu gostaria de agradecer a participação dos solicitantes o Instituto Guaicuy e a senhora Ivone que não compareceu, é, a presença do Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável de Ouro Preto, Senhor Francisco de Assis, que se inscreveu, né, e pôde manifestar nessa audiência pública. Senhor Frankle Evangelista, Secretário de Obras, é, os representantes do município, dos conselhos de meio ambiente, do Conselho de Patrimônio Cultural da Secretaria ambi, de Meio Ambiente de Ouro Preto, né? Eventuais membros do COPAM presentes, Promotores de Justiça e representantes dos órgãos FEAM, IPHAN, IBAMA, a Polícia Militar que esteve presente deu apoio aqui pra gente, É isso. Eu hoje tivemos eh pelo YouTube cinquenta e dois é, pessoas acompanhando e presencialmente aqui a lista de presença foi duzentos e oito, né? A gente entende que a audiência pública atingiu os seus objetivos, né? Que é expor o projeto e esclarecer as dúvidas e recolher as críticas. Isso tudo será considerado no processo de licenciamento ambiental e integrará o parecer único que irá subsidiar, né, o deferimento, indeferimento da licença. Boa noite a todos, Estou por encerrada a audiência pública. Obrigada pela presença,

"Certifico que a transcrição acima é fiel e integral ao vídeo fornecido."

Transcrito por: Mônica Kruei Ayala

Data: 20 de julho de 2026